

CRP 15
CREPOP
2001
15
anos



Liércio Pinheiro de Araújo
Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Robson Lúcio Silva de Menezes
Záira Rafaela Lyra Mendonça
Tamiris Ferreira de Assis Silva
(Orgs.)

ATUAÇÃO DAS(OS) PSICÓLOGAS(OS) EM TEMPOS DE PANDEMIA

CRP 15
CREPOP₂₀₂₁
15
anos



Liércio Pinheiro de Araújo
Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Robson Lúcio Silva de Menezes
Záira Rafaela Lyra Mendonça
Tamiris Ferreira de Assis Silva
(Orgs.)

ATUAÇÃO DAS(OS) PSICÓLOGAS(OS) EM TEMPOS DE PANDEMIA

CONSELHO EDITORIAL

Alexandro dos Santos Machado
Darlindo Ferreira de Lima
Everton Fabrício Calado
Leonardo Tenório Lins Pedrosa
Lucimar Coelho de Moura Ribeiro
Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Susan Antunes Melro Filha

ORGANIZADORES

Liércio Pinheiro de Araújo
Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Robson Lúcio Silva de Menezes
Tamiris Ferreira de Assis Silva
Záira Rafaela Lyra Mendonça

EDITORAÇÃO

Liércio Pinheiro de Araújo
Marcelo Silva de Souza Ribeiro

FICHA CATALOGRÁFICA

A886 Atuação das(os) psicólogas(os) em tempos de pandemia /
Organizadores: Liércio Pinheiro de Araújo... [et al]. – Petrolina-PE:
NIVASF, 2022.
79 p., il., 29 cm.

ISBN: 978-85-5322-114-1

Inclui referências.

1. Psicólogos. 2. Pandemia. I. Título. II. Araújo, Liércio Pinheiro
de III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 150.7

IX PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 15º REGIÃO -

DIRETORIA:

Conselheiro Presidente: Zaíra Rafaela Lyra Mendonça (CRP 15/2588)

Conselheira Vice-Presidente: Emylia Anna Ferreira Gomes (CRP15/2058)

Conselheiro Secretário: Tamiris Ferreira de Assis Silva (CRP 15/3051)

Conselheiro Tesoureiro: Maurício Luiz Marinho de Melo (CRP-15/1991)

CONSELHEIROS EFETIVOS:

ZAÍRA RAFAELA LYRA MENDONÇA (CRP-15/2558) - TAMIRIS FERREIRA DE ASSIS SILVA (CRP-15/3051) - LEONARDO TENÓRIO LINS PEDROSA (CRP-15/3023) - EMYLIA ANNA FERREIRA GOMES (CRP-15/2058) - BRUNO GUSTAVO LINS DE BARROS (CRP-15/2891) - MAURÍCIO LUIZ MARINHO DE MELO (CRP-15/1991) - LEANDRO MATOS SOUTO DA ROCHA (CRP-15/3098) - TATHINA LÚCIO BRAGA NETTO (CRP-15/3511) - EVERTON FABRÍCIO CALADO (CRP-15/2780)

CONSELHEIROS SUPLENTES:

VANINA PAPINI GOES TEIXEIRA (CRP-15/3572) - EVERSON DOS SANTOS MELO (CRP-15/3657) - MARIA FABIANA DE LIMA SANTOS LISBOA (CRP-15/3115) - ANA PAULA LIMA DOS SANTOS (CRP-15/2704) - MARIA PATRÍCIA DE BRITO SOARES (CRP-15/1521) - FRANCINE BASTOS FERRO MARANHÃO (CRP-15/2960) - LUIZ WILSON MACHADO DA COSTA E SILVA NETO (CRP-15/4151) - DENISE MARIA ALCIDES PARANHOS (CRP-15/3756)

SUMÁRIO

Apresentação	07
Processo ensino-aprendizagem no contexto do ensino remoto emergencial de uma mãe e estudante universitária: Apontamentos para políticas públicas em psicologia	09
<i>Ozeni da Silva Ferreira Vieira - Marcelo Silva de Souza Ribeiro</i>	
A atuação dos psicólogos na rede pública de educação: avanços, impasses e desafios para a implementação da lei 13.935/19 no cenário de pandemia.....	24
<i>Virgínia de Oliveira Alves Passos - Leila Kalinny Gomes de Souza - Israel Henrique Oliveira Rodrigues</i>	
Vigilância socioassistencial no suas: análise dos fenômenos identificados do território.....	47
<i>Tamiris Ferreira de Assis Silva</i>	
O psicólogo diante da morte no hospital: o contexto da pandemia do novo coronavírus	52
<i>Djalma Lopes Bezerra</i>	
O olhar da psicologia escolar na educação especial para crianças com síndrome de down em tempos de pandemia do covid-19: relato de experiência	56
<i>Silane dos Santos Sousa - Verônica Maria Barbosa de Magalhães Mauricio - Juliana Medeiros de Omena Lins</i>	
A psicologia hospitalar e a pandemia da covid-19: uma experiência de psicólogas do Hospital Regional de Arapiraca/Alagoas	
<i>Emylia Anna Ferreira Gomes - Luciene Araújo Silva Braga - Morgana Lúcio S. de Magalhães Maturano</i>	
A formação em psicologia: limites e possibilidades do estágio em psicologia organizacional e do trabalho em tempos de pandemia	60
<i>Cristiane Gomes de Souza - Arthur Krumrueck Vieira Barros - Liana Gomes Barros - Tayane Clea de Oliveira Lima da Silva - Mateus Lopes Quirino - Quitéria Laurentino dos Santos - Renato Gomes Silva</i>	
Atuação da psicologia com pacientes renais crônicos em tempos de pandemia COVID-19	71
<i>Lidiany Alves França - Yasmin Lima Caldas - Renata Laureano da Silva</i>	

Diálogos em psicologia escolar: um relato de experiência da PSINAED na Educação Básica76

Everton Fabrício Calado - Leilane Silva Ferreira - Mayara de Souza Mello Porto - Steffanny da Conceição Antão

A importância do pré-natal psicológico com gestantes em tempos de pandemia ...80

Nara Virginia Rocha Simões Anadão - Priscila Barroso Pereira da Silva - Yasmin Lima Caldas

Itinerários da comissão PSINAED/CRP-15 durante a pandemia85

Fernanda Silveira Souza - Marianne Lemos Costa - Pedro Aleixo Soares - Suzy Kamylla de Oliveira Menezes - Rodrigo Pimentel Gomes Ramos

O fazer do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) durante a pandemia da Covid-19 89

Thatiane da Silva Carvalho

APRESENTAÇÃO

O IX Plenário do CRP-15 tem a satisfação de entregar para a comunidade de psicólogos/os e profissionais da saúde, de maneira geral, mais uma produção textual referente à atuação e práticas psicológicas das/ dos profissionais e pesquisadoras/es implicados com as pautas da saúde mental nas políticas públicas.

O contexto pandêmico exigiu das/os psicólogas/os adaptação e reinvenção de estratégias e ferramentas profissionais que otimizassem o acesso dos usuários das diversas políticas públicas a estes profissionais. A saúde mental entrou na agenda do dia de instituições, de profissionais, da mídia, da população em geral.

A necessidade de produzir respostas e cuidados em saúde mental despontou. A Psicologia foi solicitada em larga escala, tanto em espaços públicos, instituições formadoras, tanto pelos próprios profissionais de saúde.

A criatividade, o engajamento, o compromisso ético-político foram e têm sido o norte das práticas profissionais em prol da prevenção, promoção e proteção dos cuidados em saúde mental, desde a atuação na rede de saúde mental, nas intervenções hospitalares, nos equipamentos socioassistenciais, na atuação em contextos escolares.

Assim, oferecemos à categoria e a quem mais interessar um leque de intervenções, reflexões e proposições emergidas num contexto no qual sobreviver e fazer viver foram os grandes nortes.

Zaira Rafaela Lyra Mendonça

Conselheira Presidente do CRP-15 no triênio 2019-2022.

PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL DE UMA MÃE E ESTUDANTE UNIVERSITÁRIA: APONTAMENTOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EM PSICOLOGIA

Ozeni da Silva Ferreira Vieira
Psicóloga

Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Professor da Universidade Federal do Vale do
São Francisco (Univasf) e psicólogo

Introdução

Atualmente, vivemos o impacto causado pela pandemia da Covid-19, novo Coronavírus (SARS-CoV-2), que provocou a paralisação de várias atividades essenciais no contexto social e com uma perspectiva de desdobramentos para os próximos anos, sobretudo no que diz respeito às suas sequelas físicas, psicológicas e sociais.

Sobre as paralisações das atividades, e como medida preventiva, os governos adotaram, dentre outras, o isolamento da população visando dirimir a disseminação do vírus. Tal estratégia de enfrentamento modificou significativamente a rotina de populações em diferentes contextos de suas vidas.

Dentre esses contextos, as instituições de ensino tiveram que se reorganizar em relação ao calendário escolar, às normativas dos órgãos públicos (tanto dos Ministérios da Saúde e da Educação, quanto das respectivas secretarias estaduais e municipais) e à maneira de viabilizar o processo de ensino e da aprendizagem. É possível afirmar que, decorrente dessa situação, uma miríade de possibilidades do processo de ensino e da aprendizagem foi experimentada nesse cenário de urgência.

No entanto, todo o esforço das instituições em ajustar a vida escolar não se deu de maneira incólume. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a suspensão do calendário acadêmico, por exemplo, trouxe consequências sobre o processo de ensino e a aprendizagem. Em 04 de agosto de 2020, Antônio Guterres, nono secretário-geral da ONU, em uma entrevista a *Deutsche Welle*, emissora internacional da Alemanha, através de um vídeo publicado também no *Twitter* e no site DW Brasil – Notícias e análises do Brasil e do Mundo, afirmou que a pandemia da Covid-19 levou à maior paralisação da educação na história, o que afeta mais de um bilhão de estudantes, em todo mundo, que tiveram meses de estudos comprometidos, trazendo impactos incalculáveis em seus desenvolvimentos. O secretário geral alertou ainda, em um novo documento político sobre regiões e temas, que, cerca de 40 milhões de alunos correm o risco de abandonar os estudos por não acesso à educação, no próximo ano,

devido aos desdobramentos causados pela pandemia, sobretudo os que potencializam a desigualdade social e os processos de vulnerabilidade, uma vez que revela a dificuldade na aquisição de dispositivo tecnológico, como celular ou computador, e acesso à internet rápida para assistir ao conteúdo. Além disso é possível elencar a problemática da formação adequada dos educadores para lecionar remotamente, a qualidade das plataformas digitais, a dificuldade de estudar em casa, o equilíbrio emocional diante da exposição ou tempo de transmissão das aulas remotas, entre outras situações.

Buscando viabilizar o ensino e a aprendizagem dos estudantes, ainda que atravessado por dificuldades, fez-se necessário incorporar o uso do ensino remoto, mediante uma série de estratégias e dispositivos, de modo a reinventar e garantir a continuidade do processo educativo. Lançou-se mão de recursos televisivos, envios de materiais impressos por correios e, sobretudo, via a internet contextualizada por aulas virtuais.

A despeito desses esforços, lacunas foram geradas, pois o surto da Covid-19 alterou aspectos da vida, bem como os processos de interação, principalmente no cotidiano escolar. O contexto de ensino brasileiro expressou o afloramento da desigualdade tornando o processo de desenvolvimento infanto-juvenil ainda mais complexo e desafiador, de modo que esses reflexos são permeados por reprovação, distorção idade-ano e evasão representadas por fatores estruturais da realidade. Tudo isso se agrava com as necessárias e reiteradas medidas de isolamento devido as “ondas” de contaminação.

A pandemia, portanto, intensificou as desigualdades sociais presentes, sobretudo, nas redes de ensino público, onde o nível de heterogeneidade de aprendizagem entre grupos sociais marcados por suas diferenças econômicas é mais concentrado. Certamente muitos outros problemas foram inaugurados com a pandemia (esta não apenas potencializou os já existentes). Importante sinalizar que as condições ou alternativas e atividades a serem realizadas no ambiente familiar (casa) foram desiguais, pensando nos inúmeros fatores que ocorreram, de forma interna e externa, ao sistema educacional, assim como suas consequências.

Um outro aspecto a ser considerado do ponto de vista do impacto causado pela pandemia e que floresce no contexto escolar diz respeito à qualidade das relações interpessoais. Esses efeitos ganham relevância especial uma vez que as relações interpessoais são indispensáveis para os processos de ensino e da aprendizagem, ainda que nesse chamado “novo normal”.

De modo geral, a pandemia foi entendida como um período marcado por rupturas estruturais, reverberando, inclusive, nas vivências das pessoas, além de ressoar nas ações do Governo Federal, Estadual e Municipal.

Algumas dessas políticas buscaram elaborar protocolos de segurança, ou seja, regras para a retomada das atividades presenciais incorporando ações cotidianas, novas maneiras de se relacionar considerando o uso de máscaras, higienização com álcool e distanciamento social, bem como a aplicação da vacina que vem sendo realizada de forma escalonada, além de investigar a eficácia ou impactos dela.

Toda essa situação marcou profundamente as experiências das pessoas que vivenciam o isolamento social e as atividades escolares. Chamamos atenção aos estudantes vinculados à rede pública de ensino, sobre quem recai mais fortemente a questão das desigualdades sociais.

Assim, portanto, a partir da vivência de um dos autores deste trabalho, na condição de ser mãe e estudante universitária concluinte do curso de Psicologia, nas angústias do isolamento social, nas dificuldades enfrentadas para dar conta das atividades escolares dos seus filhos e reflexões relativas ao processo de ensino e aprendizagem, é que surge este trabalho, configurado como um relato de experiência e tendo o interesse de dar visibilidade ao exposto. Intentamos ainda que este relato possa inspirar políticas públicas, principalmente àquelas que se fundamentam nas contribuições da Psicologia.

Ademais, acreditamos que o estudo se faz necessário por lançar um olhar mais exploratório sobre as características inusitadas dos processos de ensino e da aprendizagem inseridas nesse contexto, que demanda ainda uma série de inovações na rotina de estudos.

Considerando o exposto, o objetivo geral deste trabalho é compreender as experiências dos aspectos relativos ao processo ensino e a aprendizagem no contexto da Covid-19 e às atividades remotas. Quanto aos objetivos específicos buscou-se descrever as condições de ensino e a aprendizagem, bem como suas experiências daí produzidas, além de fazer um cruzamento com as demandas embasadas na literatura.

Relevâncias das experiências e reflexões

Importante recuperar e defender os relatos de experiências como produção de conhecimentos válidos, justamente porque vão ao encontro daquilo defendido por Barreto (2017) como “abordagens do testemunho”. O primeiro olhar, ou seja, a experiência vivida e a narrativa que vem da experiência. Não deve ser considerado como algo menor, restrito ao subjetivismo de quem relata num sentido pejorativo. Os relatos de

experiências, que são vinculados às significativas tradições epistemológicas, como é o caso da Fenomenologia, podem e devem ser considerados como portadores válidos de conhecimentos e, justamente por isso, demandam um acolhimento sistematizado e com os seus devidos rigores (SIDNEI, 2009). Nesse sentido, a construção deste relato assume o valor da experiência vivida pela autora, na sua condição de estudante e mãe, para dar conta dos processos de ensino e a aprendizagem diante da pandemia e em atividades remotas. Ao tempo que assume o valor da experiência (BONDIA, 2002), busca sistematizar as informações produzidas na coerência com os objetivos propostos e discuti-las à luz da literatura sobre o tema.

O trabalho em tela se embasa numa perspectiva qualitativa, assumindo uma característica exploratória, uma vez que visa lançar um primeiro olhar acerca do tema. Além da revisão bibliográfica presente no *corpus* do texto, convergindo à ideia de que cabe “ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1999 *apud* SILVA; URBANESLI, 2009, p. 50), foram consideradas as experiências da própria autora no que diz respeito aos aspectos do processo de ensino e a aprendizagem, a partir do ensino remoto, alinhado à inserção de métodos tecnológicos, levando em consideração o contexto da pandemia da Covid-19. Assim, portanto, essas experiências se situam, desde o primeiro semestre de 2020 ao primeiro semestre de 2021 e estão centradas nas vivências da autora, como estudante concluinte de graduação e no acompanhamento da educação escolar dos membros de sua família, composta por 03 filhas com idades de 17 (concluinte do 3º ano do ensino médio), 15 (estudante do 1º ano do ensino médio) e 1 ano, essa por sua vez, não está inserida no contexto escolar, porém, todas estão vivenciando esse período atípico. Complemento ainda que minhas filhas estudantes ficaram aproximadamente 12 meses sem aulas, o que provocou nelas muita frustração e preocupação, pois elas estão em preparação para prestar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e viram-se sem o processo de interação dos conteúdos.

Importante frisar que, embora sejam registros pessoais foram ainda consideradas observações diretas e oriundas da participação de um dos autores na comunidade universitária, demodo que pôde compartilhar com

colegas e professores as experiências, principalmente, nos períodos em que esteve estagiando de forma *on line* em uma instituição da rede privada de ensino.

Pode-se dizer que este trabalho se funda numa perspectiva mista do ponto de vista do método, porque faz uso do relato de experiência de uma mãe estudante universitária concluinte de Psicologia, trazendo, também, algumas explicações literárias sobre a temática.

Quanto ao tratamento das informações, buscou-se organizar os resultados considerando justamente os objetivos, ou seja, num primeiro momento serão descritas as condições de ensino e a aprendizagem e as experiências daí produzidas. Por conseguinte, será especificado um encontro das experiências daquilo que era demanda das instituições de ensino e o que era realmente vivido pelos estudantes, no caso mãe e filhos. Por fim, faremos uma discussão acerca das experiências apreendidas dos contextos observados e do que vem sendo posto nas publicações selecionadas para o estudo. Para dar presencialidade ao texto, em relação aos aspectos vividos, doravante será assumida a primeira pessoa do singular.

Resultados e discussão

Refletindo sobre a prática do estágio I realizado em uma escola privada, o mesmo teve início de forma presencial e posteriormente transitou para o ensino remoto devido o período atípico (Pandemia da Covid-19), exigindo uma readaptação do projeto, algo que me deixou bastante frustrada, pois requeria certa habilidade no uso das tecnologias, uma vez que as atividades do projeto de estágio eram voltadas para a realização de vídeos e edições, oficinas, orientações para os pais e educadores, tudo através do sistema remoto, para o qual faltava-me prática para a execução das tarefas. Precisando, assim, da ajuda de minhas filhas, colegas e do apoio irrestrito de minha orientadora de estágio. E, mesmo diante desse novo modelo de aprendizagem (ensino remoto), pude concluir com êxito o primeiro estágio. Insta salientar que, antes de iniciar o estágio na rede de ensino privada, no primeiro momento, tentei na rede pública, já havia até conhecido meu preceptor e o local de execução do estágio, porém, devido estar gestante senti o processo de exclusão e de rejeição, ao ponto de argumentarem que não mais seria possível a realização dele, pois o possível preceptor iria tirar férias e não tinha substituto. Contudo, foi apenas uma forma de me negar a prática, uma vez que cheguei ao ponto de ouvir a seguinte frase preconceituosa: “Com essa barriga, você vai dar conta do estágio?”

Por outro lado, no segundo estágio, devido às dificuldades enfrentadas e com a situação pandêmica crescendo, mesmo com medo do risco de contaminação, optei pelo formato presencial, o qual foi realizado no Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil – CAPS I, seguindo todos os protocolos exigidos pelas autoridades sanitárias, que vão desde o uso de máscaras, higienização das mãos e objetos de uso pessoal e coletivo e, principalmente, mantendo o distanciamento. Lá desenvolvia atividades para crianças e adolescentes em seu processo de desenvolvimento, além de orientação voltada para relação familiar, saúde e educação. Uma prática voltada para ampliação de habilidades de interação auxiliando na travessia das dificuldades emocionais e seus conflitos.

Minha experiência, nas atividades remotas no contexto da pandemia, é, então, fortemente marcada por essa condição.

Nos períodos de aulas de orientação com a professora, notei, inúmeras vezes, a oscilação da internet, algo que dificultava o andamento do processo. Mesmo com medo do risco de contaminação do vírus, no período posterior, por sentir dificuldade na atividade remota, optei pelo estágio no modo presencial, o qual foi realizado no Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil CAPS I, onde pude experimentar um leque de experiências advindas daquele setor, por se tratar do acompanhamento de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e de pessoas inseridas no processo de vulnerabilidade que estão sofrendo a situação da pandemia.

Observei, no dia a dia dos membros de minha família, que o processo de ensino e a aprendizagem está cada vez mais complexo, principalmente, mediante o caos causado pela Covid-19, algo que atingiu a todos, especialmente no tocante ao acompanhamento e desenvolvimento educacional das minhas filhas. A educação está em processo de reestruturação em virtude das mudanças pedagógicas inseridas para que o ensino e a aprendizagem não sofram tantos impactos. É importante frisar os esforços relacionados com o cronograma de ensino, adaptação dos professores, ambientes de trabalho, formação profissional, infraestrutura, dentre outros, que as instituições de ensino estão fazendo para se ajustar às mudanças relativas à educação, visando atender às demandas dos estudantes e professores, para dar andamento ao processo de ensino e a aprendizagem. Logo, toda mudança requer tempo e o que não se tem no momento, é tempo, pois os efeitos causados pela pandemia são imensuráveis. Pessoas perdendo empregos, estressadas, desmotivadas, dentre outros fatores que podem desencadear uma séria de problemas. Além disso, os aparatos (aberturas de janelas no *google*, Instagram, WhatsApp, Facebook, jogos) que o acesso à internet proporciona tendem a possibilitar uma dificuldade de concentração para o estudante, pois muitos não sabem filtrar as informações.

Seguidamente, os professores são qualificados para se adaptarem rapidamente às transformações impostas, bem como os estudantes se veem imergidos em formas de estudos distintas aos padrões já enraizados da sociedade tradicional, ou seja, aqueles com interação entre professor e aluno presencialmente, o que vem causando sérios problemas, principalmente, para aqueles discentes que são membros responsáveis pela criação de outrem, como por exemplo, no meu caso, que já sou mãe e ainda executo tarefas acadêmicas e domésticas, o que acarreta desafios e dificuldades diante das adversidades enfrentadas. Quem estuda observa a importância da elaboração da prática de ensino e a aprendizagem Refletindo sobre esses pontos, recordo que em março de 2020, mais precisamente no dia 16, dei entrada no Hospital Dom Malan na cidade de Petrolina PE, pois estava parturiente aguardando a vinda, ao mundo, de minha filha caçula. Nesse momento, encontrava-me longe do convívio familiar e sem visitas em decorrência da pandemia. Passados 02 (dois) dias, em 18 de março do corrente ano, exatamente no dia do nascimento do bebê, deu-se início a uma das restrições que seria o período de isolamento decorrente da Covid-19. Naquele momento, mesmo distante, mantive contato com minhas outras filhas que relataram a difícil situação de suspensão das aulas nas instituições escolares para conter a disseminação do coronavírus. Naquele ápice, foi possível para mim vivenciar momentos de crises emocionais. Ainda no hospital, via WhatsApp, recebi a notícia da professora orientadora do estágio que as universidades também aderiram às medidas restritivas e que iriam paralisar por causa da situação instalada no país.

Ao retornar da maternidade e me deparar com a realidade, surgiram os seguintes questionamentos: como se fundamentaria o ensino e a aprendizagem já que o processo de interação social foi interrompido? Após alguns meses, percebi que a solução para a continuação das atividades acadêmicas foi adaptar-se ao ensino remoto mesmo com pouca habilidade para a questão, por se tratar de algo que foi proposto pelo sistema e pela situação instalada no país.

No início da transição do conhecimento para as aulas síncronas e assíncronas, as dificuldades encontradas estavam voltadas para o processo de adaptação e reorganização das rotinas. Logo, essa experiência se tornou complexa por elementos já mencionados acima, como, por exemplo, a pouca habilidade com tecnologias. Acompanhando as aulas de minhas filhas, que eram realizadas pela plataforma Google Meet, verifiquei que as atividades denominadas ACC (Atividade Curricular Complementar) eram lançadas no Google Classroom e os critérios de avaliação eram através de pontos, além de ter muitos estudantes acessando ao mesmo tempo, salas

cheias, o que dificultava, em alguns momentos o acesso, porque era possível ouvir muitos ruídos, microfônias. Observei ainda, que elas dividiam a atenção com outros aplicativos, jogos e conversas e que o método remoto viabilizado ainda não estimulava a interação, levando-as a buscarem outros atrativos que não o ato de estudar.

A pandemia, por sua vez, também trouxe desafios a serem superados no tocante às questões socioeconômicas, não sendo diferente na minha família, uma vez que, em alguns momentos, não tivemos condições de manter o acesso à internet de qualidade, o que dificultava o processo de ensino e a aprendizagem de todos na casa.

Toda essa situação só ampliava meu sentimento de angústia, ainda mais pela clareza da importância da aprendizagem na formação do sujeito. Recordei-me do que Lima aborda sobre isso:

A aprendizagem é o processo através do qual o indivíduo se apropria dos conhecimentos e da experiência da cultura na qual ele está inserido. É através da aprendizagem que o indivíduo se torna capaz de atuar sobre o mundo interagindo com as coisas e pessoas, transformando a realidade e sendo por ela transformado, tornando-se capaz de sobreviver o contexto no qual ele está inserido para garantir a sua existência e de sua própria espécie no mundo. (LIMA, 2010, p. 07).

Mesmo considerando as angústias e as dificuldades, reconheço minha resiliência. Saliento, assim, que os dispositivos usados para acesso às aulas assíncronas e síncronas são compartilhados entre os membros de minha família, o que, em determinados momentos, se tornava complicado porque as aulas aconteciam no mesmo horário e não tínhamos dispositivos suficientes para todos. Apesar dessa situação, não desistimos.

No entanto, ficou evidente para mim, que a escola e o meio acadêmico demandaram jornadas diárias excessivas e que, em alguns momentos, se tornaram impossíveis de acompanhar, haja vista a oscilação do sinal da internet e que, em algumas vezes, nem permitia o acesso, causando um desgaste físico e emocional.

Entendo claramente que o fechamento das escolas afetou o calendário acadêmico e social, levando à necessidade de adaptação e superação. Para manter o foco na aprendizagem, a saída dessa situação foi buscar novos métodos de ensino com o uso de tecnologias, algo que contribuísse com o acompanhamento das atividades para alunos que estivessem em lugares distintos e em tempos diversos, sendo autorizado,

por sua vez, o recurso do ensino remoto emergencial. No parágrafo 4º do artigo 32 da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB) difere que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. Contemporaneamente, houve a necessidade de introduzir essas ferramentas, uma vez que elas possibilitam vários benefícios para o processo de interação e a aprendizagem no mundo. Pereira, Narduchi e Miranda (2020, p.227) proferem que:

A adoção das atividades não presenciais, apoiadas pelo uso dos recursos oferecidos pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), constitui-se, assim, no caminho para minimizar as perdas causadas no campo da educação, pelo isolamento social. Dessa forma, as TICs surgem com uma alternativa para evitar que os estudantes sofram prejuízos no processo de ensino aprendizagem.

A estrutura de ensino proposta pela escola, no contexto de pandemia, é a casa, o lar, ambiente este que sofre constantes interferências e desvincula nossa atenção, como por exemplo o choro de criança, visitas inesperadas, dentre outras, o que ocorria com frequência aqui em casa.

Preciso dizer, também, que o ensino remoto teve, na minha jornada, pontos positivos como, por exemplo, aproximar as relações afetivas e familiares por demandar mais tempo em casa. Nesse itinerário, foi perceptível observar alterações no comportamento de minhas filhas, as quais estavam mais ansiosas, inseguras, estressadas, causando impacto na saúde mental.

Em 2020, a determinação da suspensão das aulas ocorreu de imediato por algumas semanas e não se tinha a ideia de que o confinamento se prolongaria por meses. As instituições escolares, vistas como as mais afetadas, desenvolveram novas metodologias sem o devido planejamento, uma vez que o ano letivo estava em andamento e os professores se viram na obrigação de se reinventar, de planejar novas ações alicerçadas na tecnologia

O professor precisa acompanhar as mudanças que ocorrem com a integração da tecnologia na educação. Com isto, a formação para o uso de tecnologias é uma oportunidade para que eles possam compreender, ter maior domínio e, também, oportunizar conhecimentos na educação” (GOMES; MENDONÇA, 2020, p. 130).

Essa articulação da educação e novas tecnologias de modo acentuado, de certa forma, viabilizaram o ensino, mas ao mesmo tempo trouxeram consequências e desafios para a educação brasileira que, historicamente, já passa por uma crise estrutural relacionada pela precarização da atividade laboral do educador e da formação docente.

Pude constatar que, a despeito dessa ênfase nos aspectos tecnológicos, o campo da educação carecia muito mais de investimentos voltados aos aspectos relacionais e afetivos. Relatos mostram que uma das formas de compreender o contexto está pautada em rodas de conversas, vistas como espaço de resistência e alternativas de enfrentamentos desses desafios, tendo em vista, por exemplo, que o retorno das aulas presenciais deve ser tomada decisões na coletividade.

Tanto na minha vivência, quanto na vivência escolar das minhas filhas, era sempre muito interessante e menos estressante, quando as atividades escolares privilegiavam a interação, como por exemplo, em uma aula de matemática da minha filha de 17 (dezessete) anos em que o professor solicitou que ela baixasse um jogo pirâmide matemática que consistia no movimento dos objetos para o centro com o número de movimentos possíveis. Trata-se de um jogo de estratégia. Outra muito interessante foi quando minha segunda filha de 15 (quinze) anos formou, na sala virtual, 04 (quatro) grupos para um debate sobre a Era Vargas, no qual 02 (dois) grupos eram opositores e o restante defensores. Esse debate ocorreu por etapa seguidas de 04 (quatro) rodadas onde um integrante trazia um argumento e o outro rebatia e, na rodada seguinte, quem não tinha trazido nenhum argumento ficaria obrigado a apresentá-lo. Nessa ocasião, pude participar, com minha filha, pois achei o debate bem construtivo. Penso que as atividades remotas, no contexto da pandemia, explicitaram que a educação (estou me referindo à educação escolar) é muito mais da ordem dos afetos e das relações do que das máquinas e das técnicas.

Queria dirigir meu relato para uma outra dimensão, que tem a ver com o que a pandemia também evidenciou. Outro impacto que a literatura traz sobre o processo de ensino e a aprendizagem foi a instabilidade financeira. A crise levou vários familiares a tirarem seus filhos de escolas privadas e inseri-los na rede pública, como alternativa para compensar a perda salarial.

Aliado as restrições econômicas que impactam toda a vida, compartilhar o mesmo ambiente, em tempo integral e sem as condições adequadas, não é tarefa fácil. Com os filhos em casa e a transição do estudo para o mesmo ambiente foi sofrido para mim, no sentido de cumprir todas as novas exigências e obrigações, em especial acompanhar os filhos nas atividades escolares remotas, pois, em alguns momentos, o dispositivo usado para o acesso às aulas e ações de rotina como, por exemplo, interações de trabalho do meu esposo, que é responsável pelo sistema Lista Única do Governo da Bahia, o qual é destinado ao cadastramento dos pacientes que fazem tratamento fora do domicílio - TFD e usa o aparelho para acompanhar e receber ligações relacionadas aos agendamentos dos usuários do sistema e ainda era compartilhado com filhos e cônjuge.

Na situação pandêmica, a dimensão humana se encontra fragilizada, pois o isolamento social impactou a saúde mental e, conseqüentemente, o ensino e a aprendizagem, levando em consideração sentimentos de medo, estresse, depressão, insegurança dentre outros, uma vez que os relatos apontam uma fragilidade marcada por conflitos, culpabilização e estigmas.

[...] acredita-se que oferecer um espaço de escuta para todos os envolvidos, pode ser uma estratégia apropriada para construir com eles soluções aos conflitos cotidianos, respeitando a experiência de cada um e desconstruindo juntos os arraigados “discursos de culpabilização generalizada” (INSFRAN, 2011, p. 95).

Durante o período de estudos com atividades remotas na pandemia, li relatos de alunos que estavam desmotivados e perdidos, não conseguindo se adaptar ao novo modelo de ensino remoto, ficando ainda privados de transitar livremente nos espaços de convívio. Certamente, isso trará repercussões e possíveis aumentos na demanda para o ano letivo subsequente, em virtude da distorção com relação da idade e série. Essa situação está longe de ser sanada e olhar para o futuro me traz aflições, inclusive colocando-me como psicóloga formada que intenta trabalhar no campo da educação e, de modo particular, voltada para a formação e o cuidado para com o docente. Ressalto que o educador, também, enfrenta desafios que estão voltados às limitações e à falta de capacitação para o uso da tecnologia.

[...] as ferramentas tecnológicas podem também ser adaptadas, para nossa realidade de acordo com aquilo que nós podemos fazer e mesmo assim conseguir ter bons resultados usando materiais simples disponíveis em praticamente qualquer lugar. (AURELIANO, et al. 2020, p. 18)

É a partir da necessidade do surgimento do novo e do sentimento de estranheza que nos direciona para construção de novas estruturas e práticas nos processos de aprendizagem. Esses fatores nos levam a estudar possíveis conseqüências, diante de mudanças súbitas e não planejadas, resultantes de manifestações naturais, criando, assim, uma oportunidade para estudar efeitos na aprendizagem que é a grande responsável pela inserção da pessoa no mundo cultural e de interações, onde o indivíduo se apodera dos saberes ou métodos, e com isso constrói, no seu interior, uma imensidão de representações simbólicas, tendo início desde os primeiros instantes da vida, para o seu desenvolvimento nas ações contínuas.

Insta salientar que perpassamos pela ocorrência da incorporação de novos conhecimentos frente a um ser ativo no processo de construção com o meio físico e social, o que resulta na modificação das estruturas que o sujeito já possuía, ressaltando que a aprendizagem é específica para cada sujeito por ser singular e subjetiva. Para Bossa e Fernandez (2000), todo sujeito apresenta sua modalidade de aprendizagem, ou seja, meios, condições e limites de que todo ser humano dispõe ao aproximar-se do conhecimento e constituir o saber.

No processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem estão inclusos fatores biológicos afetivos e intelectuais que interferem na forma de como o sujeito se relaciona com o meio, levando em consideração suas desenvolvuras, táticas, comportamentos e subsídios que se relacionam às mudanças e seus significados, possibilitando a intensidade das vivências internas e externas, a transformação de cada ser diante do contexto, no qual está incluso, o que me leva a uma análise de que o ensino e a aprendizagem não são estáticos, que as informações estão em constante transformação, sendo necessário o acompanhamento das mudanças que estão ocorrendo na sociedade diante do caos instalado.

Assim, o ensino e a aprendizagem buscam melhores condições e aderem à tecnologia para conseguir desenvolver aptidões e capacidades humanas, mudando a forma de produzir o acesso à informação que nos permite uma ação rápida, por meios de dispositivos eletrônicos, como *smartphones*, computadores e outros instrumentos, que permitem uma dinâmica em espaços não formais de educação, que ofertam uma gama de conhecimento e possibilidades, inserindo-se como tendência para o processo de ensino e aprendizagem, objetivando a redução de danos de ordem social e, ao mesmo tempo, emergindo também sobre os problemas socioeconômicos.

No dizer de Moran (2015):

O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e o aprender acontecem em uma interligação simbiótica, profunda e constante entre os chamados mundo físico e digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que mescla, hibridiza constantemente. Por isso, a educação formal é cada vez mais blended, misturada, híbrida, porque não acontece só no espaço físico da sala de aula, mas nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais. O professor precisa comunicar-se face a face com os alunos, mas também deve fazê-lo digitalmente com as tecnologias móveis, equilibrando a integração com todos e com cada um. (MORAN, 2015, p. 39).

O ensino remoto, adotado no período da pandemia do século XXI, culminou na alteração do modelo educacional. Veio para se adaptar às exigências do mercado, alterando currículos, programas e atividades para garantir aos professores e alunos uma transferência de conhecimento, uma fuga do modelo padronizado industrial, baseando-se em um atendimento individual, conhecido como personalização e propondo ferramentas necessárias para a construção do conhecimento, o qual possibilitará aos educadores um desempenho e a manutenção de suas ações, uma reciclagem de suas habilidades em um itinerário globalizado, além das formações adequadas, tornando-os criativos pensando no processo de transformação e evolução do seu saber, haja vista que o conhecimento se expande para expressar a realidade histórica temporal e a instituição escolar deve-se articular, criando condições para que o discente elabore novas representações mediante o processo dialético de ação e reflexão, estruturando-se na problematização crítica da realidade mediada pelo professor.

Essas representações de mundo podem ser entendidas como resultado do estímulo provocado, uma vez que se começa a produzir novos conhecimentos que futuramente serão compartilhados, pois conforme Thadei (2018, p.93), com relação à abordagem sócio-histórica-cultural diz que ensinar e aprender são processos interativos, nos quais quem ensina também aprende. Algo que aconteceu comigo no decorrer desse período de estudo, porque pude vivenciar novas formas de ensino diante dos desafios do distanciamento social, principalmente, no manejo das ferramentas tecnológicas, uma vez que não tenho tanta habilidade com as mesmas e hoje, vejo que é de grande potencial para contribuir com o processo educativo tanto dos alunos quanto dos professores.

A postura perceptiva (forma de como eles se veem diante desse processo) desses personagens, educador e educando possibilitará uma análise positiva e ou negativa diante do método, das abordagens e ferramentas utilizadas nesses itinerários remotos viabilizados para amenizar os impactos do ensino e a aprendizagem a partir de suas experiências no período pandêmico.

Considerações possíveis

Ser mãe e estudante universitária conculinte não é tarefa fácil, principalmente, em momentos de incertezas como este, pois, diariamente surgem questionamentos chave: o que posso fazer para ajudar minhas filhas? Como posso tornar significativo o ensino e a aprendizagem delas e o meu? Como posso ser uma mãe e estudante melhor? São dúvidas que foram tomando conta do meu ser mediante o contexto.

Este texto tem como recorte minhas vivências no período pandêmico, além de outros elementos existentes que perpassam pelo processo de ensino e aprendizagem e fatores sociais. Entendo, ainda, que as estratégias de ensino remoto têm sido importantes, logo, revelam lacunas existentes que produzem impactos na construção do conhecimento e em fatores emocionais e econômicos.

O presente trabalho foi de grande relevância para o meu desenvolvimento como pessoa e como psicóloga, porque vivenciei situações atípicas que estão implicando no sistema psicológico e comportamental das pessoas, além de alguns desafios acerca da minha dificuldade em lidar com o novo modelo de ensino. Avalio que essas experiências possam inspirar políticas públicas, que se sustentam em contribuições da Psicologia, uma vez que sensibiliza o que é comum famílias viverem em situação de isolamento social e ensino remoto, seja na condição das relações familiares ou mesmo na condição de estudante.

Busquei, portanto, lançar um olhar para as metodologias das instituições de ensino que demandam ações desgastantes, uma sobrecarga para os alunos, tendo em vista que estamos em contexto domiciliar, no qual foi preciso lidar com as variantes financeiras, ambientais de estudos, saúde emocional, escassez da tecnologia, dentre outras. Minhas preocupações foram voltadas para as ações em prol da continuidade do ensino e a aprendizagem de maneira produtiva e significativa do conhecimento.

São diversas as batalhas a serem vencidas e, nesse cenário contemporâneo de ensino, percebi que a família tem papel fundamental em um cotidiano cheio de incertezas. Avalio que estou atravessando esse processo, seja como mãe ou futura psicóloga, de maneira aberta às experiências, ainda que muitas vezes dolorosas, e refletindo sobre os desdobramentos na condição humana.

Enfim, espero que este relato tenha trazido contribuições acerca das dificuldades enfrentadas pelos estudantes que dividem sua rotina com ambiente familiar, além disso, compreender melhor alguns determinantes na continuidade do ensino e a aprendizagem durante o período de suspensão das aulas presenciais na circunstância atual da Covid-19.

Referências

AURELIANO, E. V. L. et al. **As ferramentas tecnológicas nos métodos de ensinoaprendizagem: uma revisão de literatura.** Educationis, v. 8, n. 2, 2020.

BARRETO, A. F. **Pedagogia da vida:** um testemunho de formação humana. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.
- BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- GOMES, A. R. G; MENDONÇA, Y. V. S. **A importância da formação de professores para o uso de tecnologias digitais na prática pedagógica**. In: SILVA, A. J. N. (Org.). Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 2. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.
- GUTERRES, A. **Pandemia causou maior interrupção da educação da história, diz ONU**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/pandemia-causou-maior-interrupt%C3%A7%C3%A3o-da-educa%C3%A7%C3%A3o-da-hist%C3%B3ria-diz-onu/a-54429634>>. Acessado 14 de junho de 2021.
- INSFRAN, F. F. N. **Grupos de reflexão na escola: contribuições da abordagem centrada na pessoa para psicologia escolar**. Rev. NUFEN, São Paulo, v. 3, n. 1, 2011.
- LIMA, I. D´. L. A. Conjuve & Parceiros (Em movimento, Fundação Roberto Marinho, Mapa Educação, Porvir, Rede Conhecimento Social, Visão Mundial, Unesco). **Retratos da Educação no Contexto da Pandemia do Coronavírus**. Um olhar sobre múltiplas desigualdades. Outubro, 2020.
- LEI 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes base da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em 05/06/2021.
- MORAN, J. **Educação híbrida: um conceito chave para a educação, hoje**. In: BACICH, L.; NETO, T. A.; TREVISANI, F. D. M. (Org.). Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015. p.27 – 45 **Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da Covid-19 recomendações**. © 2020 Conselho Federal de Psicologia.
- PEREIRA, A. de. J; NARDUCHI, F; MIRANDA, M. G. de. **Biopolítica e educação: os impactos da pandemia de covid-19 nas escolas públicas**. Revista Augustus. Rio de Janeiro. V. 25. N. 51. p. 219-236. jul/out. 2020. Disponível em: <<https://revistas.unisuam.edu.br.br/index.php/revistaaugustus/article/view/554/299>>. Acessado em: 14 de junho de 2021
- THADEI, J. Mediação e educação na atualidade: um diálogo com formadores de professores. In: BACICH, Lilian.; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018. p.91-105.

A ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: AVANÇOS, IMPASSES E DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.935/19 NO CENÁRIO DE PANDEMIA

Virgínia de Oliveira Alves Passos

Doutorado em Psicologia e docente da UNIVASF

Leila Kalinny Gomes de Souza

Discente de Psicologia/UNIVASF

Israel Henrique Oliveira Rodrigues

Discente de Psicologia/UNIVASF

O propósito deste capítulo é refletir sobre a atuação do psicólogo na educação, considerando que a Psicologia Escolar e Educacional é um campo ainda em construção no Brasil, sendo uma área de grande importância na atuação do psicólogo. É imprescindível que o debate sobre a atuação do psicólogo em contexto educativo considere a recente aprovação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica e aborde a prática do psicólogo escolar educacional durante a pandemia do *COVID-19*. Pois são circunstâncias recentes com impactos na relação entre a Psicologia e a Educação que se configuram em desafios para a atuação do psicólogo na educação básica.

A Lei nº 13.935/2019 é fruto de intensa mobilização das entidades da Psicologia e do Serviço Social, ao longo de quase 20 anos, para garantir a aprovação no Congresso Nacional e, depois, a derrubada do veto integral da Presidência da República ao Projeto de Lei (PL) nº 3.688/2000. Embora seja uma importante conquista para a área da Psicologia Escolar, é preciso garantir sua efetiva regulamentação e implementação, viabilizando criação de vagas, dotação orçamentária e realização de concursos públicos tanto pelo governo federal, como pelos estados e municípios brasileiros.

Para Guzzo, Mezzalira e Moreira (2012), “a presença do profissional de Psicologia na rede pública de educação brasileira é ainda uma utopia” quando se considera a quantidade de profissionais lotados nas secretarias de educação e as condições de inserção e atuação efetivas nesse campo. E mesmo que alguns municípios brasileiros já contem com profissionais contratados diretamente pelas Secretarias Municipais de Educação, o desenvolvimento de práticas profissionais nos espaços educativos ainda é um desafio.

O *COVID-19* foi classificado como pandemia em 11 de março de 2020, e medidas de contenção e prevenção da doença precisaram ser adotadas em todo o mundo. Uma das principais recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), implementada, levando em consideração as diferenças sociais e territoriais, foi o distanciamento social. Com isso, no Brasil, ocorreu a suspensão das atividades escolares presenciais em março de 2020, logo após o início do ano letivo.

Em 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu parecer favorável à realização de atividades pedagógicas não presenciais nos diferentes níveis de ensino. Uma das orientações foi que cada sistema de ensino ao normatizar a reorganização dos calendários escolares para as instituições ou redes de ensino a eles vinculados deve considerar, entre outros aspectos, a necessidade de acolhimento e reintegração social dos professores, estudantes e suas famílias, como forma de superar os impactos psicológicos do longo período de distanciamento social. Diante disso, torna-se relevante a atuação do profissional de psicologia nesses contextos, de forma a fomentar a melhoria da qualidade de vida das pessoas que constituem a escola. Devido à pandemia do *COVID-19*, tal atuação tem acontecido por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação conforme previsto na Resolução nº 4, de 26 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação dos serviços psicológicos nesse novo cenário (BRASIL, 2020).

Ante o exposto, algumas questões se apresentam: Quais os impactos dos recentes fatos na atuação do psicólogo na educação básica? De que

forma as decisões da rede pública de educação, para cumprir as disposições da Lei nº 13935/2019, interferem na atuação do psicólogo na educação básica? Como os diálogos e articulações entre Psicologia e Educação no contexto pós-pandemia favorecem uma atuação comprometida com o compromisso social e a promoção da saúde?

Essas interrogações serão consideradas ao longo do capítulo e terão por base a realização de pesquisa iniciada em 2021, que tem como objetivo analisar a atuação dos psicólogos na rede pública de educação de Pernambuco e as implicações da regulamentação da Lei 13.935/2019 no cenário pós-pandemia, desenvolvida pelos autores deste capítulo.

Segundo Ronchi, Iglesias e Avellar, em estudo de revisão bibliográfica nacional sobre interface entre educação e saúde:

Os textos evidenciam um processo de rompimento com a lógica do atendimento clínico individual, apresentando um olhar para a instituição e o ambiente escolar, para aspectos de valorização da vida, em que a promoção à saúde se coloca como uma estratégia de ação (2018, p 619).

Agregado a isso, apontam a necessidade de novos estudos na área a partir de relatos com teor mais prático, produzidos por psicólogos que efetivamente estejam atuando no campo educacional (RONCHI; IGLESIAS; AVELLAR, 2018).

A inserção do psicólogo na educação

A atuação do psicólogo na educação básica passou por longo processo de mudança nas últimas décadas, em função de mudanças nos sistemas educativos, no Brasil (OLIVEIRA-MENEGOTTO; FONTOURA, 2015; BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO; 2010; SOUZA, 2010), como também em outros países (MENDES; ABREU-LIMA; ALMEIDA, 2015; CARVALHO, 2008).

A promulgação da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), que ampliou o sistema educacional e efetivou a expansão da escolaridade obrigatória e gratuita, provocou mudanças significativas no contexto escolar brasileiro. A inserção de alunos advindos das mais diversas realidades socioculturais trouxe dificuldades de adaptação do sistema à nova realidade, tanto em termos de infraestrutura das escolas quanto em termos de concepções e metodologias de aprendizagem adequadas ao novo panorama educacional. Nesse cenário, com crescimento da demanda de alunos com dificuldades de aprendizagem, a psicologia foi convocada para auxiliar o sistema educacional a fim de se compreenderem as queixas escolares. E, desde sua entrada no ambiente escolar, muitos têm sido os diálogos e articulações entre a Psicologia e a Educação, com repercussões na atuação profissional desses profissionais nos contextos educativos.

O início da Psicologia Escolar no Brasil caracterizou-se pelo caráter clínico e terapêutico das intervenções realizadas (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010), servindo a propósitos de ajustamento e de classificação, a partir de uma concepção remediativa, onde os aspectos sociais, culturais, históricos e institucionais não eram considerados no trabalho do psicólogo (OLIVEIRA-MENEGOTTO; FONTOURA, 2015). Para Asbahr, Martins e Mazzolini (2011), tal perspectiva atribuía ao sujeito a responsabilidade pelo fracasso escolar, tendo como consequências a patologização e biologização dos problemas de aprendizagem, o que reforçava ainda mais a exclusão de alunos das classes menos privilegiadas da escola.

Aos poucos, a Psicologia Escolar passou a ser questionada em seus princípios epistemológicos e em suas finalidades, tendo como marco os estudos de Maria Helena Souza Patto de 1981 e 1984 citados por Souza (2010), dando início a um debate crítico acerca da identidade e da função do psicólogo escolar.

Para Oliveira-Menegotto e Fontoura:

A psicologia passa a tecer uma crítica ao contexto escolar, considerando o fenômeno educacional como produto da relação que se estabelece na Escola, que também se vê atravessada pelas políticas educacionais e pela história que as compõem (2015, p.380).

Percebe-se, nesse percurso, momentos de crise diante da atuação e de busca pela resignificação da identidade do psicólogo escolar. Os intensos debates com a categoria, favoreceu a elaboração das Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica, documento norteador dessa prática profissional (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013 e 2019), de forma a contribuir para a melhoria da qualidade da Educação de maneira que as práticas em Psicologia Escolar favoreçam a reflexão e a abordagem crítica dos desafios a serem enfrentados no contexto educacional brasileiro.

Estudos recentes investigam a prática profissional do psicólogo no campo da educação no Brasil (NUNES; OLIVEIRA; MELO, 2019; RONCHI; IGLESIAS; AVELLAR, 2018; MOREIRA; GUZZO, 2014; SOUZA; SILVA; YAMAMOTO, 2014) assim como há diversas publicações abordando diferentes aspectos dessa atuação (VIANA; FRANCISCHINI, 2016; PRUDÊNCIO; GESSER; OLTRAMARI; CORD, 2015; DIAS; PATIAS; ABAID, 2014; GESSER, 2013; DAZZANI, 2010; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009). Alguns estudos abordam ainda a questão da formação do psicólogo, visando melhor relação entre teoria e prática e uma atuação mais sólida no campo educacional (FACCI; SILVA, 2014; ASBAHR; MARTINS; MAZZOLINI, 2011), assim como buscam favorecer o compromisso social da Psicologia Escolar (TANAMACHI, 2014).

Conforme Souza, Yamamoto e Galafassi (2014), em estudo sobre a atuação do psicólogo na rede pública de Educação em diferentes estados brasileiros, apenas 19,7% dos profissionais que atuam na educação básica são contratados como psicólogo escolar, enquanto a maioria possui cargo de contratação como psicólogo, ocorrendo inclusive alguns contratados como

professores, mas atuando como psicólogo escolar. “A ocupação do cargo genérico de psicólogo, pela maioria dos participantes, pode evidenciar que a maioria dos municípios realiza concursos de caráter não específico para provimento do cargo” (p. 227).

Outro dado a ser destacado é que apenas pouco mais da metade dos participantes (51,1%) atuam de acordo com seu cargo de contratação, enquanto 48,9% não apresentam correspondência entre o cargo e a função que exercem na secretaria de Educação, à qual estão vinculados. Muitas vezes, sendo contratados como professores ou ainda outra função (SOUZA; YAMAMOTO; GALAFASSI, 2014). Em estudo realizado com psicólogos, Bandeira e Gregório (2019) também identificaram profissionais exercendo as atribuições do profissional de Psicologia (6,93%), mas que estão contratados com outra função.

Uma das etapas da elaboração das Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013) foi a realização de uma pesquisa sobre a atuação de psicólogos em Políticas de Educação Básica. Um dos dados encontrados nessa pesquisa é que muito poucos psicólogos, apenas 1,3 %, atuavam em organizações públicas. Outro dado a ser destacado é que um dos principais desafios vividos no cotidiano para esses profissionais é a desvinculação do papel do psicólogo de expectativas sobre a realização de um trabalho clínico na Educação Básica, ressaltando, assim, a necessidade de clarificar, constantemente, entre os coordenadores, educadores, professores, alunos e familiares, a proposta de trabalho do psicólogo nesse contexto (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

A partir do estudo realizado, Souza, Yamamoto e Galafassi (2014) apontam que há um considerável número de psicólogos que atuam como psicólogos escolares, mas em situações contratuais diversas e atribuem a não legitimação do lugar do psicólogo na Educação à ausência de legislação específica que regule esse cargo. Pasqualini, Souza e Lima (2013)

analisaram proposições legislativas que versam sobre a inserção de psicólogos na educação básica, buscando compreender quais demandas sociais sustentam e reivindicam a presença de profissionais psicólogos na área da educação, assim como contribuir para a construção de políticas públicas em uma perspectiva histórico-crítica.

Para as autoras:

É de fundamental importância conhecer e analisar quais políticas estão sendo propostas no campo da educação e desvelar como os conhecimentos produzidos pela academia em direção a uma Psicologia Escolar crítica estão sendo apropriados pelas pessoas, grupos e/ou entidades que participam da elaboração das propostas políticas que versam sobre a inserção do psicólogo no campo da educação (PASQUALINI; SOUZA; LIMA, 2013, p.16).

Para Ronchi, Iglesias e Avellar (2018), a precária formação do psicólogo que atua na educação e a falta de políticas públicas que legitimem a atuação desse profissional nos ambientes educacionais, podem contribuir para a dificuldade de afirmação de uma prática que valorize ações de Promoção à Saúde. Estudo realizado a partir da produção acadêmico-científica sobre o campo teórico-prático da Psicologia Escolar e Educacional, Souza et al. (2014) apontam que, em termos gerais, o conjunto de textos, que aborda a atuação profissional do psicólogo no contexto educativo, fornece um panorama rico de discussão sobre um novo modo de atuação do psicólogo no contexto educativo. Destacam que a Psicologia Escolar numa perspectiva crítica “deve-se deslocar o eixo de análise do indivíduo para o interior da escola e para o conjunto de relações institucionais” (SOUZA et al., 2014, p. 48).

Ronchi, Iglesias e Avellar (2018) analisaram publicações que apresentavam as ações do psicólogo no contexto escolar, relacionadas com o campo da saúde. Os resultados apontam pequena produção

decorrente da experiência profissional e as autoras relacionam a falta de políticas públicas nacionais que legitimem o espaço de atuação do psicólogo no contexto escolar. Destacam que a maior parte dos artigos relata trabalhos de projetos de pesquisa e intervenção, em que o profissional psicólogo não está diretamente inserido na realidade escolar, sendo o trabalho desenvolvido com parcerias entre escolas e pesquisadores. É possível que novas formas de fazer estejam se construindo no cenário de atuação do psicólogo escolar, a partir do desenvolvimento de estratégias interventivas que valorizem o ambiente e suas necessidades, com fomento a ações que contribuam para o bem-estar do sujeito.

Para Ronchi, Iglesias e Avellar:

Destaca-se a possibilidade de uma atuação do psicólogo na escola voltada à Promoção à Saúde, legitimando um trabalho na interface entre educação e saúde como uma possível identidade profissional a serviço de uma educação que potencializa a vida e as relações saudáveis, com sinalizações que caminham para ações em saúde mental (2018, p.619).

Para Dazzani (2010) faz-se necessário considerar uma atuação em Psicologia que promova qualidade de vida e trabalhe com os aspectos de saúde e cidadania dos educandos. Assim, o psicólogo no contexto escolar deve direcionar sua atuação para a promoção da saúde e do bem-estar.

A atuação do psicólogo escolar e educacional em tempos de pandemia

O novo coronavírus afetou vários países do mundo e modificou diversas realidades. Diante dessa situação, a área educacional não ficou fora de contexto. Devido à suspensão das aulas presenciais, as escolas precisaram seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Ministério da Saúde, que, frente ao distanciamento social, tiveram a necessidade de aderir ao ensino remoto emergencial, como uma alternativa para minimizar os impactos no contexto escolar.

Assim, as instituições de ensino foram se readaptando por meio de plataformas tecnológicas. Todavia, para isso ocorrer com eficácia, é necessário que uma orientação ocorra, ou seja, uma preparação dos coordenadores e, sobretudo, dos professores, afinal, são os que trabalham diretamente e no cotidiano com o ensino. Esses profissionais estão tendo que se reinventar diante do novo, superando os desafios e as dificuldades, construindo constantemente sua prática.

Diante desse cenário de pandemia a atuação do psicólogo escolar se tornou indispensável e precisou ser adaptada, seguindo um novo formato de práticas e intervenções realizadas de forma *online*, pois a psicologia é de suma importância em todo o contexto escolar, especialmente nos momentos de gerenciamento de crises (SILVA; SOUSA; LEMOS; RIBEIRO; RODRIGUES, 2021).

A adoção ao ensino remoto emergencial escancarou desigualdades sociais já existentes. Nessa direção, Silva et al. (2021) relatam que a escola está enfrentando várias dificuldades na adoção ao ensino remoto, como o uso da tecnologia, que nem sempre está ao alcance de todas as camadas da população, e as limitações do espaço doméstico. Outra dificuldade consiste em os pais estarem assumindo temporariamente algumas funções dos professores, para viabilizar as atividades escolares dos seus filhos, sendo que, em muitos casos, esses indivíduos não se consideram aptos para

Somado a isso, podemos apontar ainda a perda de entes queridos, o medo constante de contaminação pela doença e as dificuldades financeiras vivenciadas por muitas famílias que, nesse cenário, perderam ou reduziram suas rendas. Posto isso, é importante oferecer um acolhimento socioemocional qualificado, pois, dentro desses pacotes de prejuízos, há um grande desgaste emocional dos estudantes, assim como para seus familiares e muitos profissionais de educação. Configura-se, então, como indispensável a presença da psicologia escolar educacional para auxiliar nessas demandas e garantir o bem-estar da comunidade escolar.

Diante da atuação vivenciada em uma escola da rede particular de ensino, situada na zona sul de Teresina – PI, uma psicóloga destacou que foi necessário um treinamento para as aulas remotas acontecerem no formato *home office*. Assim os professores precisaram aprender a manusear equipamentos tecnológicos para oferecer aulas de qualidade para seus alunos, com isso, o seu lar passou a ser uma sala de aula virtual, e, muitos sentiram ansiedade, desmotivação e dúvidas, além de apresentarem dificuldades ao lidar com as críticas dos pais (SILVA et al., 2021).

No que diz respeito aos pais, notou-se um sentimento de incapacidade, pois não estavam conseguindo conciliar todas suas atividades. Percebeu-se nos alunos grande desmotivação e desinteresse, pois seguir uma nova rotina, na qual eles não estavam habituados, apresentava-se como um grande desafio, com dificuldades para conseguirem se concentrar no conteúdo (Silva et al., 2021).

Diante dessas observações, a escola decidiu disponibilizar o apoio do setor de psicologia, mas, ainda assim, os pais, professores e alunos apresentaram uma resistência na procura por esse auxílio. Ademais, a psicóloga propôs uma semana de reintegração direcionada aos alunos da 3ª série do ensino médio, em que foi possível realizar uma discussão sobre os aspectos positivos, negativos e expectativas que os alunos apresentam sobre eles e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) nesse cenário de pandemia (SILVA et al., 2021).

Em outra prática, na qual foi realizada um grupo *online* de análise das atividades profissionais de sete psicólogas que atuaram na Secretaria de Educação do Distrito Federal, as organizadoras Pedroza e Maia (2020) realizaram 12 encontros nos quais essas profissionais eram convidadas a apresentar, de forma sucinta, um relato sobre uma situação que estivesse gerando angústia, em relação a sua atuação profissional. Essas psicólogas relataram que se viam limitadas em estratégias, tendo que utilizar ferramentas como telefonemas, conversas por aplicativos ao invés da escuta e do olho no olho presencial; destacaram a sensação de não saber

o que fazer, frente às questões políticas, econômicas e sociais em torno da implementação do ensino remoto emergencial, sem a garantia das condições de acesso a todos os estudantes (PEDROZA; MAIA, 2021).

Além disso, mencionaram dificuldades nas relações com professores, com a gestão da escola ou com a própria parceira de equipe psicopedagógica (PEDROZA; MAIA, 2021). Foi possível discutir, nesse grupo, como a psicologia, em sua relação com a educação, ainda é marcada, muitas vezes, pelo ideário de consultoria, isto é, da psicologia como aquela que dará as respostas aos problemas da escola, expondo que o fenômeno educativo envolve aspectos pedagógicos, econômicos, políticos e culturais, sociais e individuais, que ultrapassam a possibilidade de compreensão e resolução por parte de uma única especialidade (PEDROZA; MAIA, 2021).

Uma pesquisa realizada por Couto e Cunha (2021) destaca, através de uma perspectiva histórico-cultural, possibilidades de compreensão das fundamentações teórico-metodológicas de proposta de formação continuada de professores, assim como o suporte à prática pedagógica. Com o objetivo de analisar criticamente o cenário de pandemia de *COVID-19* e suas implicações à educação no contexto do professor, abordam que a perspectiva neoliberal tem usado esse momento para romantizar a atividade professoral, descaracterizá-la e manter ou ampliar sua desvalorização.

Desse modo, as autoras defendem uma Psicologia Escolar Educacional que atente para o papel da formação do professor como um ser social, considerando-a como “um meio de apropriação dos conhecimentos, possibilidade para a emancipação humana e contribuição para o enfrentamento de tal adoecimento” (COUTO; CUNHA, 2021). A formação do professor, assim, deveria romper com as diretrizes de origem “centralista, transmissora, selecionadora, individualista”, passando a considerá-lo em processo de formação como um sujeito em permanente constituição.

Em relato de experiência da Psicologia Escolar, Azevedo, Mietto, Buchmann, Nolasco e Lopes (2021) trazem intervenções no cotidiano escolar no contexto de distanciamento social, com crianças e suas famílias. As psicólogas adotaram ações emergenciais que foram construídas na educação infantil e ensino fundamental I numa rede particular de ensino do Distrito Federal, ao considerar o isolamento social como fator de risco para a saúde mental.

Azevedo et al. afirmam que a psicologia deve atuar no sentido de minimizar os impactos da pandemia de *COVID-19* na infância e no bem-estar das famílias, buscando-se apoiar aspectos do desenvolvimento emocional e social. Nesse sentido, a saúde mental das crianças deve ser um ponto de atenção, considerando-se que são uma população mais vulnerável, e, para além da questão cognitiva, que envolve a aprendizagem, deve-se trabalhar com elas a assertividade na resolução de conflitos e ensinar a nomear e expressar sentimentos (AZEVEDO et al., 2021).

Por fim, o psicólogo escolar educacional, por carregar um leque de conhecimento que pode e deve ajudar a escola no planejamento de atividades como adaptações curriculares, projetos pedagógicos e interdisciplinares, processos de aprendizagem, manejo e técnicas de grupo, pode, dentre outras intervenções a serem desenvolvidas, melhorar a qualidade de ensino em momentos complexos e desafiadores como o atual de pandemia. Não obstante, cabe destacar que não cabe à psicologia escolar educacional trazer respostas prontas, nem solucionar todos os desafios

A atuação dos psicólogos na rede pública de educação de Pernambuco e as implicações da regulamentação da Lei 13.935/2019

Importante pesquisa de caráter nacional investigou a atuação do psicólogo na rede pública de Educação, em sete estados brasileiros, de quatro diferentes regiões do país (SOUZA; SILVA; YAMAMOTO, 2014), incluindo o estado da Bahia, único representante da região nordeste. Considerou-se relevante ampliar o estudo, de forma a conhecer a realidade em outros estados, e assim contribuir com a prática de psicólogos no campo da Educação nos municípios e estados nordestinos, assim como poder conhecer novas perspectivas de atuação com contribuições para a formação.

Para isso, foi elaborado um projeto de pesquisa visando conhecer os impactos da aprovação da Lei nº 13.935/2019 e do contexto de pandemia na atuação dos profissionais de psicologia que atuam no estado de Pernambuco, iniciando seu desenvolvimento em 2021. Em Pernambuco, há cursos de Psicologia em instituições públicas, em diferentes cidades, de diferentes regiões, tendo inclusive, desde 2004, curso de Psicologia no sertão do São Francisco, na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), localizada em Petrolina-PE, município referência para vários serviços, inclusive educacionais e de assistência à saúde, para os demais municípios na região do semiárido nordestino. Vale destacar que a Ênfase em Processos Educativos e de Desenvolvimento-Aprendizagem é uma das ênfases curriculares ofertadas no Curso de Psicologia da UNIVASF, o que favorece a formação assim como a atuação do psicólogo no contexto educativo (UNIVASF, 2010). Desta forma, é relevante a caracterização das modalidades de atuação de psicólogos que atuam nos sistemas de educação de diferentes municípios do estado de Pernambuco.

Considerando que “a Psicologia tem importantes contribuições na superação de análises individualizantes e medicalizantes, pautando reflexões acerca da complexidade das relações sociais que incidem nos processos de aprendizagem” (CFP, 2019), esta pesquisa visou traçar perfil de psicólogos com atuação em serviços de psicologia da rede pública de educação, caracterizar suas modalidades de atuação, identificar práticas e inovações desenvolvidas por psicólogos na rede pública, investigar o impacto da publicação da Lei nº 13.935/2019, conhecer as estratégias e providências para garantir sua regulamentação, e avaliar as implicações na atuação dos psicólogos do prolongado período de suspensão das atividades escolares presenciais e realização de atividades pedagógicas não presenciais.

A pesquisa intitulada “A atuação dos psicólogos na rede pública de educação de Pernambuco e as implicações da regulamentação da Lei 13.935/2019 no cenário pós-pandemia”, desenvolvida por professores e

estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), encontra-se ainda na fase inicial, de forma que, ainda, não há resultados a serem apresentados. Entretanto, serão apresentados dados das ações iniciais da pesquisa, que acarretaram dificuldades para início da coleta de dados e possibilitam ponderações sobre o contexto de atuação de psicólogos na educação pública, mais especificamente no Nordeste.

Para a realização do estudo, inicialmente, foi necessário fazer contato com todos os 184 municípios pernambucanos, para consultá-los sobre a presença de psicólogos(as) atuando na secretaria municipal de educação, e solicitar emissão de carta de anuência pela secretaria, atendendo à exigência do comitê de ética em pesquisa. Esse contato inicial ocorreu entre final de fevereiro e início de março de 2021, por meio do envio de e-mails para os endereços encontrados nas páginas oficiais dos municípios. Para agilizar esse trâmite burocrático, já era encaminhado o modelo de carta de anuência, para que pudessem preencher e nos reenviar, assim como disponibilizamos contato de WhatsApp para qualquer esclarecimento.

Nesta comunicação inicial, algumas dificuldades já foram evidenciadas. Não foram encontradas informações para contato por e-mail de 27 municípios (14,7%), o que inviabilizou o contato com a totalidade dos municípios. Dos 184 municípios pernambucanos, enviamos mensagens para 157 (85,3%). Outro dado fruto dessa comunicação inicial é que o contato com 13 municípios acusou falhas, como e-mail inexistente ou caixa de entrada lotada. Portanto, a comunicação foi realizada com 144 secretarias (78,3%).

Em virtude das eleições municipais ocorridas em novembro de 2020, consideramos que, essas dificuldades iniciais, poderiam ser fruto da possível transição em alguns municípios. Isso exigiu acompanhamento das páginas oficiais dos municípios que não conseguimos contato inicial, visando identificar a divulgação de informações atualizadas.

Ainda, referente a esse contato inicial, algumas curiosidades merecem ser apontadas. Em alguns municípios, não eram disponibilizados contato específico da secretaria de educação, tendo apenas o contato da prefeitura, ou de algum outro setor como comunicação, ouvidoria,

atendimento ao público, imprensa. Muitos dos e-mails disponibilizados, nas páginas oficiais dos municípios, correspondiam a contatos pessoais dos secretários, e não a um contato institucional. segunda etapa, os dados são coletados a partir da realização de entrevista. Para participar da segunda etapa, há seleção de alguns psicólogos com base nas informações dos questionários, a partir dos critérios utilizados por Souza, Yamamoto e Galafassi (2014), priorizando práticas inovadoras e inclusão de profissionais de municípios de diferentes regiões do estado.

Mesmo tendo entrado em contato por e-mail com grande maioria dos municípios, ao final de março apenas 6 (3,3%) municípios fizeram algum contato para maiores informações a respeito da pesquisa, e somente 1 (0,54%) retornou o e-mail enviando carta de anuência. Isso inviabilizou atender às exigências feitas pelo comitê de ética em pesquisa, para dar início aos procedimentos para coleta de dados.

Diante disso, buscamos outras estratégias para viabilizar a comunicação com as secretarias municipais de educação. Uma delas, foi entrar em contato por e-mail com a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco (UNDIME-PE), informando sobre a pesquisa e solicitando colaboração a fim de que os secretários municipais retornassem os e-mails com as cartas de anuência, ou para informar os e-mails atualizados. Mesmo a UNDIME-PE se comprometendo a encaminhar nossa mensagem a todos os secretários municipais de educação do estado de Pernambuco, isso não gerou novos contatos nem envio de cartas de anuência. Em nada modificou a situação anterior de anuência de apenas um município para participar da pesquisa.

Partimos para viabilizar outras formas de divulgação da pesquisa e de sua relevância, que não apenas por mensagens de e-mail. Assim, foi realizado um debate *online* com o tema “Profissional de Psicologia na Educação Básica: presença necessária prevista em Lei”, pelo Youtube, no dia 19 de maio de 2021,

¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ŁXHAuHuQfjg>

abordando os impactos da aprovação da Lei nº 13.935/2019. Participaram do debate professores da UNIVASF envolvidos na pesquisa e duas psicólogas atuantes na secretaria municipal de Educação (em Petrolina/PE e em São Francisco do Conde/BA). Esse evento contou com ampla divulgação, em redes sociais diversificadas, entre diferentes profissionais que atuam na educação básica, inclusive sendo enviados e-mails de divulgação para os municípios, para a UNDIME/PE, e para o Conselho Regional de Psicologia/2ª Região (CRP/02). Além de proporcionar o conhecimento sobre a Lei nº 13.935/2019, consideramos importante divulgar, através desse evento, a realização da pesquisa e as dificuldades que estávamos encontrando.

Em julho de 2021, atualizamos todos os contatos de e-mails dos municípios, e identificamos que 37 (20,1%) municípios tinham divulgado novo contato. Novamente encaminhamos as mensagens consultando sobre a presença de psicólogos(as) atuando na secretaria municipal de educação e solicitando emissão de carta de anuência pela secretaria. No entanto, 4 desses novos e-mails acusaram falha. Desse modo, foi realizado novo contato com 33 (17,9%) secretarias municipais, mas não obtivemos retornos, até o presente momento, advindos dessa nova tentativa.

Importante acrescentar que o distanciamento social, e, conseqüentemente, a realização de trabalho remoto, inviabilizou o contato por telefone com os municípios até o momento. Com a ampliação da vacinação e a retomada das atividades presenciais nas escolas, essa será a estratégia utilizada a partir de agora para ampliar o número de municípios incluídos na pesquisa, favorecendo o início da coleta de dados. Outra estratégia a ser utilizada será através do contato mais direto com psicólogos, via CRP/02, e através de profissionais com quem temos conhecimento, que atuam em algum município, para solicitar colaboração na mediação desse processo.

Vale destacar que priorizamos contatos institucionais, evitando buscar as informações via contatos pessoais, mas diante da realidade descrita, resta-nos recorrer a pessoas da nossa rede de relacionamento.

Desafios à atuação de psicólogos na educação pública

A realização deste estudo propõe-se a ampliar os conhecimentos sobre a atuação dos psicólogos no campo da educação, de modo a favorecer uma atuação mais crítica na direção de uma educação de qualidade, assim como a construção de uma identidade mais sólida do psicólogo escolar,

pautada no compromisso social, a partir da experiência dessa atuação nos municípios de Pernambuco. Somado a isso, é relevante identificar as especificidades da atuação dos profissionais de Pernambuco em relação aos profissionais que atuam nos demais estados investigados no estudo de Souza, Yamamoto e Galafassi (2014), de forma a orientar diversos aspectos da formação.

O contato com as secretarias municipais de educação pode favorecer que a rede de educação pública do estado, através dos psicólogos que atuam nas secretarias municipais de educação, tomem as providências necessárias ao cumprimento das disposições da Lei nº 13.935/2019, como também fornecer maior compreensão sobre a importância do psicólogo no âmbito educacional nesse momento pandêmico, onde surgem demandas específicas semelhantes às destacadas por Silva et al. (2021) e apontar possíveis práticas análogas às que já estão sendo realizadas (AZEVEDO et al. 2021; COUTO; CUNHA, 2021; PEDROZA; MAIA, 2021; SILVA et al., 2021) e poderão auxiliar no bem-estar e crescimento de todos os envolvidos no período pós-pandemia.

A dificuldade de contato com as secretarias municipais de educação foi o primeiro dado encontrado no estudo sobre a atuação dos psicólogos na educação pública. É substancial analisar essa problemática, uma vez que os órgãos parecem estar pouco acessíveis, pois mesmo traçando diferentes caminhos, os retornos foram poucos, e praticamente não ocorreram. Sequer sabemos se as mensagens foram recebidas, ou se foram perdidas, ou se simplesmente foram ignoradas. Colocamos como suposição para essa situação o fato de os sites dos municípios não serem atualizados com regularidade, e, assim, disponibilizarem e-mails antigos. Pode ainda ocorrer o fato de a caixa de entrada não ser checada com a frequência que o mundo conectado pela internet exige, ou até mesmo a existência de poucos profissionais, com sobrecarga de trabalho, de forma que a comunicação institucional fica comprometida.

Em estudo realizado por Viégas (2014), no estado da Bahia, o contato com os municípios ocorreu por telefone, a partir dos números disponibilizados na página oficial do Governo da Bahia. De forma semelhante, muitas dificuldades foram encontradas, como por exemplo linha com sinal de ocupado, ninguém atendia, número indicado como inexistente, entre outras situações com as quais se depararam, o que impediu o contato com 45 (10,8%) municípios baianos para viabilizar a participação naquele estudo.

Considerando que, mesmo antes da pandemia, a comunicação via internet é predominante, essas dificuldades despertam preocupação quanto à prioridade com a pasta da educação pelos municípios. Quantos benefícios para ações na educação do município podem ter sido desperdiçados, em virtude da dependência de um contato mais direto, ou até mais pessoal, para que haja uma comunicação eficiente? Em tempos de distanciamento social, quando o uso das tecnologias foi o que viabilizou a continuidade de muitas atividades, a existência de dificuldades para estreitar o contato representa barreiras para possíveis melhorias.

Outro fator inferido, é a ausência de psicólogos atuando nas secretarias municipais de educação em Pernambuco, ou existência de poucos profissionais, atuando em condições precarizadas e pouco apropriadas, servindo a mais de uma secretaria, distante do que é defendido pela Psicologia Escolar Educacional. A autorização para participação da pesquisa pode representar risco, por dar visibilidade a situações que precisam ser ajustadas, mas que podem não representar os interesses de quem está à frente das decisões.

Apesar da existência da Lei nº 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas redes públicas de educação básica, suspeita-se que sua efetiva implementação ainda não está em andamento. Mesmo que no texto da lei o prazo tenha sido de um ano para os sistemas de educação tomarem as providências necessárias ao cumprimento das disposições, o contexto de pandemia de *COVID-19* pode ter dificultado o processo. Diversas iniciativas vêm sendo desenvolvidas pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) juntamente com os Conselhos Federais e Regionais de Psicologia e Assistência Social. Entretanto, parecem ainda ser insuficientes.

Destacamos a importância de realização de atividades sugeridas nas orientações que visam à regulamentação da Lei nº 13.935/2019 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020), dispostas em dois eixos. O Eixo 1 - Diálogo com o Poder Público, Entidades, Categorias e Sociedade, propõe a realização de reuniões com gestores, instituições e entidades em busca de apoios para a regulamentação da Lei, tanto em nível estadual e municipal como .

em nível nacional. O Eixo 2 - Campanha de Comunicação Social, visa sensibilizar e promover o tema com o objetivo de alcançar diferentes públicos, através de conteúdo informativo, identidade visual, entre outras

Em dezembro de 2020 a ABRAPEE emitiu Nota Técnica sobre Atribuições da(o) Psicóloga(o) Escolar e Educacional com o intuito de contribuir para o esclarecimento a respeito da atuação das(os) profissionais de psicologia no campo da educação. A divulgação desse documento é primordial para que tenhamos avanços numa atuação na perspectiva dos direitos humanos, do respeito à diversidade, enquanto fundamento para efetivação de uma educação para todos e todas.

À guisa de conclusão, é possível ponderar que os recentes fatos destacados ao longo deste capítulo, a saber a aprovação da Lei 13935/2019 e o contexto de pandemia, podem não ter provocado, ainda, tantos impactos na atuação do psicólogo na educação básica. Ou ainda que as decisões para cumprir as disposições da Lei nº 13935/2019 não estão em andamento. É preciso insistir de forma que diálogos e articulações entre Psicologia e Educação venham a favorecer uma atuação comprometida com o compromisso social e a promoção da saúde, principalmente, no contexto de pandemia em que a atuação de psicólogos se torna cada vez mais requisitada.

Referências

ASBAHR, Flávia da S. F.; MARTINS, Edna; MAZZOLINI, Beatriz P. M. Psicologia, formação de psicólogos e a escola: desafios contemporâneos. **Psicologia em Estudo**, Maringá - PR, v. 16, n. 1, p. 157-163, 2011.

AZEVEDO, Rayanne Linhares; MIETTO, Gabriela Sousa de Melo; BUCHMANN, Beatriz Macedo; NOLASCO, Anny Caroline Gomes;

LOPES, Larissa Santos. **O ciclo das emoções: relato de experiência da psicologia escolar, no contexto de distanciamento social, com crianças e suas famílias.** In NEGREIROS, Fauston; FERREIRA, Breno O. (Orgs). **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** (p. 371-397). São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

nas redes públicas de educação básica. Brasília: Diário Oficial da União.

BANDEIRA, I. P.; GREGÓRIO, T. S. **Trajetória Profissional de Egressos do Curso de Psicologia da Univasf** (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Vale do São Francisco, Colegiado de Psicologia, Petrolina, 2019.

BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de Psicologia**, Campinas - SP, v. 27, n. 3, p. 393-402, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. Ed. Lisboa, Ed. 70, 2004.

BRASIL. **Resolução nº 4**, de 26 de março de 2020. Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. **Lei nº 13.935**, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.

CARVALHO, Renato G. G. A dimensão relacional da intervenção dos serviços de psicologia nas escolas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre - RS, v. 21, n. 1, p. 119-124, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A(o) psicólogo(a) e a(o) assistente social na rede pública de educação básica: Orientações para regulamentação da Lei 13.935, de 2019**. Brasília: CFP, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica**. Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Educação inclusiva: experiências profissionais em psicologia**. Brasília: CFP, 2009.

DAZZANI, Maria V. M. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. **Psicologia: ciência e profissão**, Salvador - BA, v. 30, n. 2, p. 362-375, 2010.

DIAS, Ana C. G.; PATIAS, Naiana D.; ABAID, Josiane L. W. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo - SP, v. 18, n. 1, p.1 05-111, 2014.

FACCI, M. G. D. & SILVA, S. M. C. **Por uma formação para uma atuação crítica em Psicologia Escolar e Educacional**. In P. R. Souza, S. M. C. Silva & K. Yamamoto (Orgs). **Atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios**. (pp 275-282). Uberlândia: EDUFU, 2014.

GESSER, Marivete. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo - SP, v. 33, p. 66-77, 2013.

Guzzo, Raquel S. L.; Mezzalira, Adinete S. C.; Moreira, Ana P. G. (2012). Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo - SP, v. 16, n. 2, p. 29-338.

MENDES, Sofia A.; ABREU-LIMA, Isabel; ALMEIDA, Leandro S. Psicólogos escolares em Portugal: perfil e necessidades de formação. **Estudos de Psicologia**, Campinas - SP, v. 32, n. 3, p. 405-416, 2015.

MOREIRA, Ana P. G. & GUZZO, Raquel S. L. O psicólogo na escola: um trabalho invisível? **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora - MG, v. 7, n. 1, p. 42-52, 2014.

NUNES, Ana I. B. L.; OLIVEIRA, Artur B. F.; MELO, Aline G. Psicologia escolar na escola pública: desafios para a formação do psicólogo. **Psicologia da Educação. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação**, São Paulo - SP, v. 0, n. 48, p. 3-11, 2019.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane. M.; FONTOURA, Gabriela P. Escola e Psicologia: Uma História de Encontros e Desencontros. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo - SP, v. 19, n. 2, p. 377-386, 2015.

PASQUALINI, Mariana G.; SOUZA, Marilene P. R.; & LIMA, Cárta P. Atuação do psicólogo escolar na perspectiva de proposições legislativas. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo - SP, v. 17, n. 1, p. 15-24, 2013.

PERETTA, A. A. C. S.; CALDAS, R. F. L.; LARA, J. S. A. **A pesquisa: aspectos teórico-metodológicos.** In M. P. R. SOUZA, S. M. C. SILVA; K. YAMAMOTO (Orgs). **Atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios.** (p 33-46). Uberlândia: EDUFU, 2014.

PEDROZA, Regina L. S; MAIA, Camila M. F. **A atuação de psicólogas escolares em contexto de pandemia: análise de práticas profissionais.** In NEGREIROS, Fauston; FERREIRA, Breno O. (Orgs). **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** (p. 91- 117). São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

PRUDÊNCIO, Luísa E. V. et al. Expectativas de educadores sobre a atuação do psicólogo escolar: relato de pesquisa. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo - SP, v. 19, n. 1, p. 143-152, 2015.

RONCHI, J. P., IGLESIAS, A., & AVELLAR, L. Z. Interface entre educação e saúde: revisão sobre o psicólogo na escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo - SP, v. 22, n. 3, p. 613-620, 2018.

SILVA, Denise de C.; SOUSA, Caio de P.; LEMOS, Ana C. G.; RIBEIRO, Mychelle de M.; RODRIGUES, Leanne C. S. **Desafios da educação em tempos de pandemia: contribuições da psicologia escolar.** In NEGREIROS, Fauston; FERREIRA, Breno O. (Orgs). **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** (p. 492-517). São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

SOUZA, M. P. R.; LIMA, C. P.; RAMOS, C. J. M.; BARBOSA, D. R.; YAMAMOTO, K.; CALADO, V. A. **Atuação do psicólogo na educação: o que pensam os pesquisadores brasileiros sobre o tema.** In M. P. R. SOUZA, S. M. C. SILVA & K. YAMAMOTO (Orgs). **Atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios.** (pp 47-63). Uberlândia: EDUFU, 2014.

SOUZA, Marilene P. R.; SILVA, Silvia M. C.; YAMAMOTO, Katia. **Atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios.** Uberlândia: EDUFU, 2014.

SOUZA, Marilene P. R.; YAMAMOTO, Katia; GALAFASSI, C. **Atuação do psicólogo na rede pública de Educação em sete estados brasileiros: caracterização, práticas e concepções.** In P. R. SOUZA, S. M. C. SILVA; K. YAMAMOTO (ORGS). **Atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios.** (pp 223-256). Uberlândia: EDUFU, 2014.

SOUZA, M. P. R. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. **Em Aberto, Brasília**, v. 23, n. 83, p. 129-149, 2010.

TANAMACHI, Elenita de R. Compromisso ético-político da psicologia na educação como expressão da perspectiva histórico-cultural. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo - SP, v.18, n. 1, p. 173-180, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF). **Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia**. 2010. http://www.psicologia.univasf.edu.br/arquivos/PPC_Psi_UNIVASF.pdf

VIANA, M. N.; FRANCISCHINI, R. (Org.). **Psicologia Escolar: Que fazer é esse?** Brasília: CFP, 2016.

VIÉGAS, L. **A atuação do psicólogo na rede pública de educação da Bahia**. In P. R. SOUZA, S. M. C. SILVA; K. YAMAMOTO (ORGS). **Atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios**. (pp 223-256). Uberlândia: EDUFU, 2014.

VITAL; Soraya C. C.; URT; Sonia da C. **Do imprevisível pandêmico ao intencional formativo: uma psicologia educacional/escolar para pensar o enfrentamento ao adoecimento docente**. In NEGREIROS, Fauston; FERREIRA, Breno O. (Orgs). **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** (p. 119-146). São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO SUAS: ANÁLISE DOS FENÔMENOS IDENTIFICADOS DO TERRITÓRIO.

Tamiris Ferreira de Assis Silva
Especialista em Gestão Pública

A Assistência Social tem como prerrogativa garantir a proteção social às famílias e/ou indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal. Com a Constituição Federal, a assistência passa a ser considerada como política pública não contributiva, atribuindo ao Estado a responsabilidade de agir em situações que até então eram de ordem privada, direcionadas apenas à família.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), essa proteção social deve garantir as seguintes seguranças: sobrevivência, acolhida, convívio ou vivência familiar e autonomia. Essas seguranças que devem ser afeiçoadas à população são viabilizadas pela oferta dos serviços/programas nos equipamentos socioassistenciais.

Todavia, efetivá-las, no dia a dia, à população assistida por esta política é, ainda, uma utopia, tendo em vista a complexidade das demandas trazidas pelas/os usuárias/os, em especial num contexto pandêmico.

Com a pandemia, houve o agravamento das vulnerabilidades, e a necessidade de efetivação dessas seguranças ficaram mais latentes, tanto no que diz respeito ao aumento quanto à sua complexidade. Portanto, quando escrevo “vulnerabilidade” solicito a compreensão desse fenômeno para além das questões socioeconômicas.

A vulnerabilidade se constitui em situações ou ainda em identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos. Estas situações se originam no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, nos processos discriminatórios, segregacionais engendrados nas construções sócio-históricas que privilegiam alguns pertencimentos em relação a outros. (PNAS, 2004)

Desta forma, a vulnerabilidade deve ser analisada na política de assistência social, considerando o seu aspecto multidimensional, uma vez que extrapola as questões de pobreza sendo inclusas questões referentes ao território, lacunas advindas da oferta das políticas públicas, fragilidades nas relações etc.

Sendo assim, é necessário análise pelas equipes do SUAS de quais situações são mais predominantes no território e que afetam diretamente às famílias. Uma das funções da PNAS que contribuem diretamente para esta análise é a Vigilância Socioassistencial. Antes de adentrar, especificamente, nessa função, é válido explicitar mais alguns conceitos que são relevantes para atuação no SUAS, a saber: território e risco.

O conceito de território precisa estar entranhado nas atividades propostas no SUAS, sendo assim, deve-se considerá-lo como:

[...] O território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes. Isto significa dizer que, em grande medida, as potencialidades ou vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território no qual ela está inserida. (BRASIL, 2016)

Já, a operacionalização do conceito de risco visa “a identificar a probabilidade ou a iminência de um evento acontecer e, conseqüentemente, está articulado com a disposição ou capacidade de antecipar-se para preveni-lo ou de organizar-se para minorar seus efeitos, quando não é possível evitar sua ocorrência”. (BRASIL, pag. 19, 2016)

Tomando como base os conceitos trazidos anteriormente – vulnerabilidade, território e risco – percebe-se a necessidade de planejar as atividades que nortearão a atuação dos profissionais do SUAS. Recorrentemente, ouve-se a seguinte frase “a assistência social é política de apagar incêndio”, isso decorre, por vezes, da ausência de um planejamento com base em indicadores coletados a partir da atuação das equipes.

Por esse motivo, não é à toa que a Vigilância Socioassistencial é considerada umas das funções da PNAS, em conjunto com a Proteção Social e a Defesa de Direitos. Analisando-as constata-se que uma complementa a outra, e não há como intervir, de acordo com dados sistematizados pela vigilância, que não “afetem” a proteção social e a defesa de direitos.

Teoricamente, esse tripé poderia ser entendido, de maneira simplista, com a seguinte análise: se há dados fidedignos compilados pela vigilância e partir disso pensa-se em estratégias que minimizem as situações de risco, consequentemente, a defesa dos direitos e a proteção social estariam sendo efetuadas e/ou fortalecidas.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, pag. 17, 2013), a vigilância “deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas”. Com base no exposto e entendendo a importância que a Vigilância Socioassistencial tem para o planejamento constata-se a necessidade de elaboração de instrumentos que contemplem a necessidade das equipes, bem como a sistematização dos dados coletados com o intuito de identificar as demandas predominantes no território, situações de desproteção e com isso definir estratégias de caráter preventivo e proativo.

Partindo desse pressuposto, alguns instrumentos foram elaborados, especificamente, para o contexto da pandemia o qual tem como nomenclatura “Registro Diário”. Nele, são solicitados dados gerais para todos os serviços/programas, tais como: sexo, endereço, motivo da procura ao serviço, demanda constatada e encaminhamento. Mas há uma informação direcionada apenas ao setor dos Benefícios Eventuais: se houve ou não concessão do benefício eventual solicitado. A orientação é que as equipes alimentem o instrumento diariamente, para que possam não somente produzir dados, mas interpretá-los.

Com a sistematização dos dados oriundos das equipes, foi possível interpretar alguns fenômenos do território, a saber: a maioria das pessoas que buscam os equipamentos socioassistenciais são mulheres, ressalta-se que a diferença numérica é expressiva; no tocante ao endereço, há duas localidades que, em todos os meses, surgem na territorialização, como aquelas em que residem os que mais procuram a assistência social; na análise do motivo da busca ao serviço e da demanda constatada, atesta-se o quanto a população ainda tem dificuldade em identificar quais as demandas de cada equipamento; em relação aos encaminhamentos, há um número pouco expressivo neste procedimento. Na especificidade do Benefício Eventual, o benefício mais solicitado é o auxílio alimentação e a balança existente entre demanda x oferta demonstra que há demanda reprimida, apesar de não ser tão expressiva.

A partir da análise, são possíveis algumas indagações, como por exemplo:

1. O que de fato as equipes do SUAS fazem para aproximar pessoas do sexo masculino aos serviços e programas ofertados e por quais motivos há esse afastamento; 2. Quais intervenções preventivas e/ou protetivas contínuas são feitas nos territórios em que há mais vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal, pois se há 2 localidades que sempre estão em alta na busca pelos serviços, subte-se que essas regiões demandam uma oferta sistemática; 3. A necessidade de disseminar os serviços ofertados no âmbito do SUAS deve fazer parte da prática diária, justamente para não haver divergência entre o que se demanda e o que se oferta em cada setor. Isso é um princípio básico que deve reger a atuação, pois o profissional precisa buscar estratégias que façam com que a informação chegue à/ao usuário/o. 4. No tocante ao tópico sobre encaminhamento, pode haver duas interpretações: a primeira permeia a Importante ressaltar que, em decorrência da pandemia, as equipes precisaram se reinventar, por isso, nos registros havia um campo direcionado apenas para outras atividades, tendo em vista que o serviço ofertado pela assistência é tão invisível que é necessário esse registro.

Sendo assim, a partir do estudo, análise e interpretação dos dados torna-se possível identificar as potencialidades e as fragilidades da atuação no âmbito do SUAS e fazer a leitura do território em sua completude e complexidade. Nesse sentido, a Psicologia pode contribuir na identificação dos fenômenos individuais e/ou coletivos incidentes nesse território e de como, ao longo da história, esses modelos foram se construindo.

Além disso, colaborará no entendimento dos processos subjetivos que interferem nas relações familiares e comunitárias, bem como na identificação das potencialidades desse território vivo que interfere na dinâmica familiar e vice-versa

² Os Benefícios Eventuais são um tipo de proteção social que se caracteriza por sua oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades.

Ao planejar suas intervenções, considerando o território, a psicóloga e o psicólogo inseridos nas ações da Política de Assistência Social precisam compreender o conceito de território vivido (reiterado nas normativas do SUAS) como estratégico. Contribui-se, assim, para o entendimento da percepção de pertencimento dos sujeitos, grupos e famílias, conferindo sentido às relações e aos vínculos familiares, comunitários e sociais. (CFP, pag. 14, 2016)

Por fim, cabe salientar que a vigilância socioassistencial não é realizada de maneira isolada, por um único setor, nem por um único saber. Pelo contrário, sem a colaboração das equipes que compõem a rede socioassistencial do SUAS seria inviável a consolidação dos indicadores.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. Capacita SUAS Caderno 3. **Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wpcontent/uploads/sites/7/2017/08/112.pdf>>.

BRASIL. **Curso de atualização em vigilância socioassistencial do SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica com Parâmetros para Atuação das (os) Profissionais de Psicologia no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-te%CC%81cnica-web.pdf>>.

O PSICÓLOGO DIANTE DA MORTE NO HOSPITAL: O CONTEXTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Djalma Lopes Bezerra
Pós-graduado em Neuropsicologia,
Farmacologia e
Língua Brasileira de Sinais

Introdução

A pandemia do novo coronavírus, SARS-CoV2, despertou na humanidade o medo da morte, uma vez que esse vírus pode ser letal. Nesse contexto de insegurança, diante do desconhecimento científico sobre a doença covid-19, os psicólogos tiveram que fazer uso de seus referenciais teóricos, de suas práticas e das experiências de outros profissionais diante de situações de crise.

Nessa reflexão, apresento minha prática como psicólogo no Hospital Regional do Norte (HRN), localizado no município de Porto Calvo/AL, referência para casos da covid-19, desde julho de 2020 até a presente data.

O acolhimento diante do medo da morte e na morte

O diagnóstico de infecção por covid-19 é fonte geradora de sofrimento para o indivíduo, familiares e amigos, pois trata-se de uma doença pouco conhecida, cuja representação social produz pânico generalizado, criando estigmatização e exclusão social dos pacientes infectados por ser uma ameaça à vida dos outros (HUANG; ZHAO, 2020).

Quando o setor de Psicologia é informado de que chegou um paciente na recepção do HRN, o meu primeiro pensamento é recepcioná-lo, observando a sua fisionomia e postura corporal, assim como a de seu acompanhante. O objetivo dessa recepção é provocar, no paciente e em seu familiar, a sensação de acolhimento, uma vez que o lugar do paciente o remete a uma necessidade de ser amparado. Trata-se de um fenômeno inconsciente que encontra referência nos primeiros anos da infância de cada um de nós, quando nos sentimos à mercê dos cuidados dos outros.

Esse fenômeno regressivo encontra fundamentação na teoria psicanalítica winnicottiana sobre a noção de ambiente suficientemente bom, isto é, capaz de dar sustentação ao bebê diante de suas primeiras experiências de vida (WINNICOTT, 1983).

O paciente é levado para enfermaria ou UTI e, enquanto isso, passamos ao acolhimento do acompanhante em uma sala específica do hospital. Nesse momento, observo a postura e a fisionomia dos acompanhantes e peço para que eles falem como estão se sentindo diante dessa experiência. Como resposta, alguns baixam a cabeça e demonstram muita apreensão, medo, angústia, enquanto outros assumem uma postura mais ou menos racional falando da situação.

Em relação às notícias de óbito, o médico dá a informação para os familiares na presença do psicólogo, este, inicialmente, observa as reações que podem ser vivenciadas: negação, choro, inquietação, grito, desespero, desmaio, entre outras, para então, iniciar o acolhimento. Muitas vezes me senti impactado diante das reações de angústia frente à notícia de óbito que acompanhei.

Segundo Kóvacs (2016), é importante que os profissionais, que atuam na área da saúde, busquem o conhecimento sobre a Tanatologia e que sejam capacitados para lidar com as experiências da morte nos hospitais, uma vez que se trata de uma temática a ser sempre escutada no exercício de

O psicólogo diante da morte do outro

A morte no ambiente hospitalar concretiza o processo de morrer e da morte, sendo assim, é uma experiência repleta de significados científicos, sociais, culturais e, especialmente, subjetivos (NASCIMENTO et al., 2006).

A morte é um processo natural, universal e inevitável, a forma como lidamos com a ideia da morte é bastante subjetiva e influenciada pelo processo de amadurecimento humano, contextos religiosos e culturais de cada grupo social (D'ASSUMPÇÃO, 2011).

Presenciei algumas situações difíceis nos atendimentos em leitos da Enfermagem, onde vi pacientes evoluindo para um quadro grave da covid-19, tendo que ser intubados ali mesmo, por não ter leito disponível na UTI. Um deles morreu após três paradas cardíacas, o outro conseguiu ser transferido para outro hospital.

Na UTI, atendi pacientes intubados evoluindo para a morte, segundo a avaliação do médico plantonista, fisioterapeuta e enfermeiro. Recordo-me de um caso em que um homem, de 45 anos, intubado, começou a me ouvir durante o acolhimento, apresentando alterações dos sinais vitais e passando

a mexer o queixo e a cabeça de um lado para o outro. Chamei a enfermeira para saber se seria uma reação da redução do neurobloqueador muscular cisatracúrio, ela relatou que não, que ele realmente estava me ouvindo.

Desse modo, sabendo da morte iminente do paciente, emprestei minhas palavras, para nomear seus sentimentos de angústia, buscando confortá-lo, no sentido de mostrar para ele, que eu sabia da sua angústia de não poder falar, e deixei claro, para ele, que eu estava ali, ao seu lado, juntamente com toda a equipe da UTI, totalmente atenciosa para ele. Empreguei a teoria winnicottiana me colocando na função materna, fazendo um holding (sustentação emocional). Por volta de cinco horas depois, ele faleceu.

Houve várias situações em que estive diante da morte do outro, até mesmo proporcionando a despedida de parentes por meio de chamada de vídeo dentro do hospital, como forma de último contato com seu ente querido. Essas situações produziam, em mim, alterações emocionais sentidas por meio de arrepios no corpo, tonturas, aperto no peito, lágrimas nos olhos, batimento cardíaco acelerado, voz trêmula.

Mesmo eu estando em processo de análise, há mais de 20 anos e há dois anos estudando sobre a temática da psicologia da morte, a experiência vivenciada nessa pandemia me fez refletir sobre a minha impotência diante da morte, porque ela representa uma ruptura violenta de um vínculo e, como consequência, produz algum tipo de desestabilização psicofísica.

Conclusão

A prática da Psicologia Hospitalar requer que o profissional tenha conhecimento teórico sobre a psicologia da morte, uma vez que são várias as experiências diante do processo do morrer e da morte. Segundo a minha vivência, a morte no contexto hospitalar, produz impactos sobre o psicólogo que podem ser minimizados, se mantido o tripé de sua formação: teoria, prática e supervisão.

Referências

- D'ASSUMPÇÃO, E. A. **Sobre o Viver e o Morrer**. Manual de Tanatologia e Biotanatologia para os que partem e os que ficam. 2. ed. ampliada. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HUANG, Y.; ZHAO, N. Generalized anxiety disorder, depressive symptoms and sleep quality during COVID-19 outbreak in China: a web-based cross-sectional survey. **Psychiatry Res.** v. 288, jun 2020.
- KOVÁCS, M. J. Curso Psicologia da Morte. Educação para a morte em ação. **Bol. Acad. Paulista de Psicologia**, São Paulo, Brasil - v. 36, n. 91, p. 400-417, 2016.
- NASCIMENTO, C. A.; SILVA, A. B.; SILVA, M. C. PEREIRA, M. H. A significação do óbito hospitalar para enfermeiros e médicos. **Rev RENE.** v. 7, n.1, p. 52-60, 2006.
- WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**. Reimpressão 2007. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

O OLHAR DA PSICOLOGIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19: RELATO DE

Silane dos Santos Sousa

Psicóloga

Verônica Maria Barbosa de Magalhães Mauricio

Psicóloga, Mestra em Educação UNICID/SP e Coordenadora da clínica de Psicologia UMJ

Juliana Medeiros de Omena Lins

Psicóloga, Mestra em Educação UFPB, Coordenadora do curso de Psicologia UMJ

Introdução

No início de 2020, ocorreu o primeiro caso registrado de COVID-19 no Brasil e, simultaneamente, a maioria das escolas já tinha iniciado o período letivo. Com a crescente proliferação viral, para minimizar a transmissão por contato, os Governos Estaduais e Municipais decretaram o isolamento social. Como a única alternativa viável, as aulas retornaram por meio da tecnologia da informação e comunicação (TICs), com objetivo de manter o isolamento social sem prejudicar o curso do ano letivo. O uso das TICs foi essencial para flexibilizar a educação, porém surge o desafio das crianças, dos professores e das famílias que precisaram se adaptar ao novo formato de ensino e aprendizagem.

Metodologia

A metodologia utilizada nesse estudo analítico observacional descritivo foi a entrevista, observação, questionário e a análise dos resultados. As análises ocorreram durante os acompanhamentos às famílias e a crianças com Síndrome de Down, na Organização Não Governamental Amor 21, em oficinas de sensibilização realizadas pelas estagiárias de Psicologia do Centro Universitário Mario Pontes Jucá (UMJ). No primeiro contato com as famílias envolvidas, as entrevistas foram realizadas. A partir disso, os questionários foram elaborados a fim de obter respostas concretas com relação às queixas apresentadas pelas famílias. Por fim, após a coleta de dados, foi feita a avaliação final com análise dos resultados com objetivo de confrontar as informações obtidas por todos os instrumentos.

Desenvolvimento

A Associação Amor 21 está ligada à Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD) e tem por finalidade agregar associações, fundações e outras formas de movimento social, pessoa jurídica, em favor do desenvolvimento global das pessoas com síndrome de Down - garantir sua qualidade de vida, defender seus direitos fundamentais, os valores da vida, ética, solidariedade, inclusão escolar, laboral e social e, em especial, o de viver plenamente incluso em sociedade.

Com a expansão do COVID-19, na intenção de minimizar a proliferação viral, as aulas remotas foram implantadas. Com isso, foi necessária a criação de novos hábitos familiares para que a educação mediada pela tecnologia fosse eficaz, bem como a adaptação dos profissionais e educadores. Nesse momento, os pais tornaram-se cientes da dificuldade da função de orientá-los durante as atividades, pois não estavam preparados para exercê-la, afinal a dificuldade também encontra-se na ausência de suporte escolar.

Os obstáculos sociais também são um fator importante para educação nesse momento de mediação tecnológica, ou seja, algumas famílias não possuem acesso aos recursos mínimos necessários para a sobrevivência e muito menos para a aquisição de aparelhos tecnológicos. Além disso, os fatores socioeducacionais como a falta de escolaridade dos cuidadores também são pautas importantes, pois a falta de acesso à educação gera dificuldades para assistir a criança que necessita.

Dados da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no instituto Amor 21 - direcionada para pessoa com Síndrome de Down - de setembro a dezembro de 2020, com um grupo de características comuns de usuários, durante os atendimentos do instituto, que assiste aproximadamente cerca de 30 famílias com atendimento multidisciplinar. Para a pesquisa, foi utilizado, como ferramenta para coleta dos dados, um questionário com 8 perguntas objetivas sobre escola, tecnologia e comportamento, a fim de corroborar com a comparação dos conteúdos coletados por observação e nas entrevistas. O questionário foi aplicado com 7 cuidadores, no local, e o método utilizado foi a análise de conteúdo Bardin (2011), que consiste em um conjunto de métodos e técnicas de análise das comunicações.

Sobre a oferta e a eficácia de recursos da escola para assistir as necessidades da criança, obteve-se 6 respostas negativas. Tais respostas podem ter sido motivadas em razão da falta de preparo da escola com a adaptação do material individualizado para assistir a criança com deficiência intelectual, dentro de suas necessidades específicas, remotamente. Ou seja, a partir da análise da resposta sobre a assistência da escola no período da aula remota, pode-se avaliar que a dificuldade pode estar na preparação do profissional educador na adaptação dos materiais para o ensino especializado.

Nas perguntas: “Diante do ensino remoto, a criança reagiu de que forma? Em relação à interação social, ela apresenta alguma dificuldade, diante da falta da escola?” Os cuidadores relataram uma alteração no comportamento da criança durante o ensino remoto, sendo a escola o primeiro local de contato social fora do núcleo familiar e onde a criança começa a construir relacionamentos interpessoais e uma rotina diária. **Mãe A:** “*Meu filho passou a esquecer o que já havia aprendido*”, **Mãe B:** “*Começou a apresentar agressividade.*”

As perguntas seguintes se referiam às perdas observadas na aprendizagem da criança e o quanto se consideravam preparados para desenvolver o papel de educar. A criança com deficiência necessita de estimulações repetitivas e significativas no seu processo de aprendizagem e, talvez, pela dificuldade declarada pelos próprios cuidadores tenha contribuído com essas perdas. Sobre a importância e autonomia da criança com síndrome de Down no uso da tecnologia para o ensino, as famílias, em unanimidade, acreditam ser importante, para a criança, ter conhecimento e relatam que as crianças não tinham autonomia para o manuseio dos equipamentos.

Podemos inferir, por meio desta pesquisa com os cuidadores, que o suporte didático não foi ofertado de forma eficaz, devido à dificuldade dos educadores no manejo de técnicas didáticas apropriadas para trabalhar com as crianças. Além disso, a ausência de preparação para aulas remotas e do uso da tecnologia pela criança, como ferramenta de ensino, como também as dificuldades no uso da tecnologia, na prática de ensino regular, foram fatores que prejudicaram o processo ensino-aprendizagem.

Considerações Finais

Diante dessa experiência no estágio em Psicologia e Processos educativos, pode-se confirmar a importância da Psicologia nesses contextos, contribuindo com um novo olhar sobre a criança com síndrome de Down, colaborando com práticas educativas e momentos de reflexão oferecidos às famílias diante das dificuldades apresentadas. No contexto da pandemia do COVID-19, a Psicologia necessitou se reinventar, segundo MARINHO-ARAÚJO (2010) a pesquisa se torna um desafio para o psicólogo escolar ao desenvolvimento de competências e de posturas éticas que oportunizem crítica e lúcida compreensão do sistema educacional em suas dimensões político-sociais, ou seja, explicita a importância da formação para que as atualizações no campo profissional possam favorecer às intervenções eficazes e satisfatórias para o âmbito educacional.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Traduzido por Luís Antero Reto. Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Tradução de: L'Analyse de Contenu.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE ALAGOAS. **Cartilha com orientações para atuação de psicólogos(os) na educação em tempos de crise sanitária pandemia da covid-19**. Publicação da Comissão de Psicologia na Educação – PSINAED – CRP/15, 2020.

MARINHO-ARAÚJO, C. M.. Psicologia Escolar: **pesquisa e intervenção**. Em: C. M. Marinho-Araújo (Org.), Em Aberto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2010.

A PSICOLOGIA HOSPITALAR E A PANDEMIA DA COVID-19: UMA EXPERIÊNCIA DE PSICÓLOGAS DO HOSPITAL REGIONAL DE ARAPIRACA.

Emyilia Anna Ferreira Gomes
Psicóloga, Pós-graduada em Políticas Públicas e Gestão de Trabalho

Luciene Araújo Silva Braga
Psicóloga Pós-Graduada em Gestão de Recursos Humanos

Morgana Lúcio S. De Magalhães Maturano
Psicóloga, Especialista em Saúde Mental

QUEM SOMOS?

À medida que a pandemia se aproximava, as ciências necessitaram se reinventar, métodos diferentes, condutas diferenciadas, o novo assustava e a necessidade de mudança surgia junto com a pandemia. Durante a construção de um novo setor dentro do hospital, a equipe se preparava com a estrutura física e a Psicologia, juntamente com o núcleo de humanização e o SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), se organizava com novos projetos com foco na tríade paciente-família-equipe. A pandemia do novo coronavírus afetou, dentre outras coisas, o modo como as instituições de saúde funcionavam e demandou uma nova organização dos serviços para a assistência aos acometidos pela SARS-CoV-2 ou COVID-19.

A atuação do Psicólogo no âmbito hospitalar é fundamental, pois contribui com a minimização do sofrimento provocado pelo processo de adoecimento e hospitalização. No contexto da COVID-19, a atuação se caracterizava na emergência das demandas decorrentes do sofrimento dos pacientes, familiares e profissionais de saúde, que vivenciaram, concomitantemente, o mesmo processo de adoecimento.

O objetivo deste trabalho é, portanto, descrever a atuação do serviço de Psicologia Hospitalar no contexto da pandemia, descrevendo as ações realizadas, bem como destacando os desafios e potencialidades do fazer psicológico no hospital público da cidade de Arapiraca-AL, que atende a população necessitada de cuidados em saúde, de Arapiraca e dos municípios da II macrorregião de Alagoas.

O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO

A Psicologia precisou reorganizar-se para dar suporte emocional ao paciente, familiar e colaborador e foram desenvolvidas ações e projetos, em conjunto com o núcleo de humanização do hospital tais como: Visita Virtual (Videochamada); Visita Presencial através de uma janela de vidro (Projeto Olhar que Cura); Reprodução de áudio para pacientes que se encontravam na Unidade Intensiva; Suporte ao óbito e pós-óbito.

A realização das Visitas Virtuais teve como finalidade manter o vínculo afetivo o qual foi prejudicado pelo afastamento do paciente com o familiar. A videochamadas ajuda a reduzir o estresse e a minimizar a ansiedade que o paciente sente na hospitalização, contribui no enfrentamento das adversidades, por conta do isolamento durante o tratamento. E diante da necessidade de amenizar todo o sofrimento de ambas as partes e seguindo a Cartilha de Visitas Virtuais, durante a pandemia da COVID – 19, foram realizadas as visitas tendo como base essa afirmação:

[...] com a tecnologia disponível, não é necessário manter as pessoas sem nenhum contato com o ambiente externo. Existem diversas formas de conectar os pacientes e seus familiares, que embora não estejam no mesmo ambiente físico, usando-se para isso alguns aplicativos. Não há nenhuma razão para deixar pessoas completamente isoladas de contato. (Crispim, Silva, Cedotti, Câmara, & Ananda, 2020, p. 7)

É uma alternativa que tranquiliza não só pacientes como também familiares, tendo uma grande contribuição na recuperação do paciente. As visitas, mesmo que virtuais, trazem um benefício importantíssimo para os pacientes e familiares, é nesses momentos que muitos têm a chance de falar o que sentem e até mesmo têm a oportunidade de se despedirem.

Na visita presencial – PROJETO OLHAR QUE CURA teve como principal objetivo minimizar a ansiedade e angústia do paciente e do familiar. Por uma janela de vidro eles se comunicavam e tinham o suporte da psicologia e também do serviço social. Sabendo que a visita tem um papel relevante na recuperação de paciente, no projeto Olhar que Cura, foram adotados alguns cuidados necessários para que o quadro clínico do paciente não fosse comprometido, assim, antes da realização da visita, faz-se necessário o apoio da equipe multiprofissional, o padrão respiratório favorável, o nível emocional estável e o familiar estar emocionalmente bem, para, assim, passar segurança e apoio ao paciente.

A reprodução de áudios aos pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva teve como objetivo se fazer presente ao paciente. A família, por sua vez, sentia-se útil e mais próxima do paciente tentando demonstrar que ele não estava sozinho naquela condição. Mesmo não tendo evidências de que estejam ouvindo, é um fator benéfico para ambos. Assim como explica o médico psiquiatra Osmar Della Torre:

Estudos sugerem que pacientes em coma que ouvem gravações de familiares quatro vezes por dia, durante seis semanas, recuperam a consciência mais rápido. Mesmo sedados, ao ouvirem a voz de familiares, eles podem produzir respostas fisiológicas, como alterações na respiração e expressões faciais.

Com isso, foi enriquecedor contribuir, dessa forma, para pacientes desacordados até porque o som das palavras e de músicas é uma onda sonora captada pelo ouvido e pode ser traduzida pelo cérebro.

Suporte ao óbito e pós-óbito: Durante a pandemia muitas intervenções desenvolvidas pelas psicólogas foram intensificadas e um dos momentos mais intensos foi o suporte às famílias no momento da informação dos óbitos. Os médicos passavam as informações necessárias e a psicologia dava o suporte psicológico a fim de acolher todo o sofrimento do luto. Foram muitas perdas, famílias destruídas e desorganizadas frente a tudo que a pandemia causou. Quebrar o tabu, os rituais de despedidas e o doloroso processo da morte e seus manejos.

ONDE ESTAMOS?

Ainda vivenciando a pandemia e tentando adaptar-se às situações que a mesma trouxe para o nosso cotidiano, reinventando-nos, aprendendo e enfrentando. Tem sido necessário olhar e cuidar mais de nós mesmas, o uso dos EPIs nunca foi tão enfatizado. A Psicologia tem como papel fundamental cuidar do sofrimento psíquico do outro para assim prevenir a saúde mental, mas não deve esquecer-se de cuidar da própria saúde mental.

Durante todo o período de adaptação e novas formas de intervenção que surgiram com a pandemia, é fato que muito foi acrescentado em nosso fazer psicológico no contexto hospitalar, a Psicologia estava ainda mais na linha de frente, estava sendo vista como essencial e, nós Psicólogos, podendo contribuir efetivamente além da execução, também na elaboração de formas de cuidado junto à tríade paciente - familiar - equipe.

A Psicologia Hospitalar não será mais a mesma, a Instituição Hospitalar também não! O cuidado dispensado ao paciente e à família, a partir da subjetividade do adoecimento, ganha novas formas de atuação, os aspectos psicológicos que é, e sempre será, o foco da Psicologia hospitalar aprofunda ainda mais sua visão frente ao cuidado.

A vacina chegou! A dose de esperança surge como combustível nos impulsionando a continuar a acreditar que está passando, que voltaremos ao normal, que a forma de cuidar, acolher, salvar, poderá voltar a ter mais sorrisos, apertos de mão e abraços afetuosos.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus COVID-19. Versão 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/ptbr/coronavirus/publicacoes/tecnicas/recomendacoes/manejo-de-corpos-no-contexto-da-covid-19>. Acesso em 28 de julho de 2021.

CFP. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) nos serviços hospitalares do SUS. Ed. 1. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-nos-servicos-hospitalares-do-sus/>

CREPALDI, M. A., SCHMIDT, B., NOAL, D. S., BOLZE, S. D. A., & GABARRA, L. M. (2020). Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. Scielo Preprints. Acesso em 28 de Julho de 2021.

Crispim, D. Silva, M. J. P., Cedotti, W.; Câmara, M., & Ananda, S. (2020). *Visitas virtuais durante a pandemia do Covid – 19*. Acesso em 28 de julho de 2021.

Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf> Acesso em: 29 de julho de 2021.

Covid-19: hospitais de Campinas usam áudios de familiares para auxiliar no tratamento de pacientes em coma. Globo, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/08/02/covid-19-hospitais-de-campinas-usam-audios-de-familiares-para-auxiliar-no-tratamento-de-pacientes-em-coma.ghtml> GRINCENKOV FRS. A Psicologia

Hospitalar e da Saúde no enfrentamento do coronavírus: necessidade e proposta de atuação. *Hu Revista*. 2020; 45(1):13-21. Acesso em 28 de julho de 2021.

Recomendações aos psicólogos hospitalares frente a pandemia do COVID. SBPH, 2020. Disponível em: <https://www.sbph.org.br/sbph-recomendacoes-aos-psicologos-hospitalares-frente-a-pandemia-do-covid-19/>.

Resolução do exercício profissional Nº 4, DE 26 DE MARÇO DE 2020. Disponível em: https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid-19_

SIMONETTI, A. Manual da Psicologia hospitalar: o mapa da doença 8ª edição – 2ª reimpressão, 2019. Artesã Editora.

A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: LIMITES E POSSIBILIDADES DO ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Cristiane Gomes de Souza

Psicóloga, e Supervisora de Estágio em Psicologia
Organizacional e do Trabalho do Centro Universitário Mario Pontes Jucá- UMJ

Arthur Krumruck Vieira Barros

Graduando em Psicologia

Liana Gomes Barros

Graduanda em Psicologia

Tayane Clea de Oliveira Lima da Silva

Graduanda em Psicologia

Mateus Lopes Quirino

Graduando em Psicologia

Quitéria Laurentino dos Santos

Graduanda em Psicologia

Renato Gomes Silva

Graduando em Psicologia

Introdução

O artigo consiste na experiência com as primeiras orientações do Estágio Supervisionado em Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), ofertada no nono período do Curso de Bacharelado em Psicologia, do Centro Universitário Mário Pontes Jucá, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Cristiane Gomes de Souza.

Como não poderíamos nos furtar a realidade, esse trabalho surge da necessidade de pensarmos os impactos da atual pandemia do SARS-CoV-2 (popularmente conhecido como COVID-19 ou Coronavírus), que alcançou escala global dada a sua transmissão, agressividade dos sintomas, a pouca disponibilidade de conhecimento científico sobre o funcionamento da doença e, consequente, inexistência de remédios e vacinas que combatessem o vírus de forma efetiva.

Diante de um cenário de incertezas, a principal recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) - assim como dos governos federal, estaduais e municipais - foi o isolamento social, para evitar a transmissão massiva do vírus e, consequentemente, a superlotação dos hospitais, públicos e privados. Essa situação impactou nossas vidas de forma direta, obrigando-nos a modificar rotinas e hábitos, além dos sentimentos conflitantes comuns nessa situação, como medo, ansiedade,

³SARS-CoV-2 é o novo betacoronavírus identificado em 31/12/2019 como agente etiológico da doença pelo coronavírus 2019 (Covid-19) descrito em Wuhan, na China.

angústia, solidão, entre outros. Por toda a situação de isolamento social, deparamo-nos com mudanças nas relações de trabalho, de consumo, nas relações familiares e afetivas, na nossa formação.

A paralisação das atividades presenciais do Curso de Bacharelado em Psicologia, do Centro Universitário Mário Pontes Jucá, em atendimento às determinações da OMS e dos dispositivos legais promulgados pelo estado de Alagoas e o município de Maceió, trouxeram-nos alguns questionamentos quanto a formação em Psicologia e, conseqüentemente, sobre o exercício profissional num mundo pós-pandemia. De que forma a substituição das aulas presenciais por aulas a distância impactaria na qualidade da formação? Seria possível realizar um estágio supervisionado sem campo para atuação? Como o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) - estratégia adotada para a manutenção das aulas e outras atividades laborais - poderia auxiliar na atividade profissional do psicólogo? Quais os impactos que a pandemia provoca na formação e no exercício profissional?

No campo metodológico, optou-se por uma pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica. A fundamentação está ancorada nos trabalhos de Lisboa e Barbosa (2009), Pereira e Neto (2003), Pimenta e Lima (2006), Cury e Neto (2014), entre outros. Defende-se, pois, que as tecnologias, adotadas em diversos contextos sobretudo reformulados a partir do novo Coronavírus, podem ser incluídas na formação do estudante/formando em Psicologia do Trabalho e Organizacional, como uma possibilidade efetiva na ênfase formativa e profissional.

Para o desenvolvimento do presente estudo, aqui, em breve esboço de contexto, discutimos o estágio supervisionado enquanto espaço de ensino-aprendizagem reflexivo, e os possíveis impactos da pandemia do SARS-CoV-2³ no contexto pós-pandêmico, destacando as implicações da POT nesse cenário. Destacamos que nossa intenção com este estudo é levantar uma discussão acerca das mudanças que a pandemia, invariavelmente, provoca tanto na formação acadêmica quanto nas relações de trabalho.

Covid-19 e seus impactos na formação em psicologia

A pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 é uma realidade e vem delineando os caminhos de diversos países, desde o final de 2019. Ela tem obrigado a todos a alterar desde questões de ordem individual/pessoal a de ordem social/coletivo tanto em escala nacional quanto global.

Comportamento, economia, trabalho, relações pessoais e familiares, educação, saúde, entre outros. Tudo está e/ou foi modificado em função da pandemia e da nossa necessidade de proteção e sobrevivência. Embora vivenciando o fenômeno, alguns pesquisadores das ciências humanas e sociais têm se ocupado em pensar e refletir sobre os impactos da pandemia em nossas vidas.

Gonzatto et. al. (2020, p. 2) afirmam que “o mundo será um lugar diferente depois que a maré do coronavírus refluir.” A afirmação dos autores parte do mapeamento de outras pandemias ocorridas na história e os desdobramentos provocados por elas. Nesse sentido, compreendem que o ineditismo da crise atual para toda uma geração que nunca vivenciou algo similar, trará ...

[...] consequências culturais e práticas, como a rediscussão do papel do Estado a fim de resgatar economias esfaceladas, a valorização de sistemas públicos de saúde e transformações no regime de trabalho — com estímulo ao desempenho de atividades a distância. A sociedade pós-pandêmica poderá apresentar mais restrições à circulação de pessoas entre fronteiras, mas também uma busca ainda maior por cooperação científica internacional (GONZATTO et. al 2020, p. 2).

Os autores no fazem refletir sobre tais relações e a necessária análise dos impactos psicossociais do COVID-19 na sociedade brasileira, além de possibilitar encontrar caminhos frutíferos para entendermos a dinâmica do sofrimento psíquico.

No contexto pandêmico e de isolamento social, o profissional de POT terá que lançar mão da utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para exercer o seu trabalho, por meio da utilização de aplicativos de comunicação por áudio e vídeo como: *WhatsApp*, *Zoom*, *Skype*, *Telegram*, *Google Meet* e plataformas que permitem o compartilhamento e criação de arquivos de texto, planilhas e apresentações individualmente ou em grupo, como o *Google Drive*, o *One Drive* e o *Google Forms*.

Em se tratando de pandemia, destaca-se a atuação do psicólogo organizacional de forma estratégica, onde seja possível estimular no

trabalhador o senso de competitividade, uma vez que se trata de um recurso de suma importância, inestimável e difícil de copiar. Ao passar dos dias, é visto que o ato de gerir pessoas tem ganhado importância estratégica, em uma forma para que as organizações reajam aos desafios desencadeados, principalmente, pelas recessões.

Impacto psíquico e coletivo, transformando a organização em um ambiente estressante e sobrecarregado de ansiedade.

A incredulidade quanto à maneira de como se dará a retomada das atividades, as rotinas de trabalho, tudo isso gera uma dúvida quanto manutenção dos empregos. Em contrapartida, faz com que a alta gestão perceba o quão essencial é ter à frente de suas tomadas de decisões a análise e contribuição do psicólogo organizacional para manter a equipe em harmonia e produtiva.

Considerações finais

O que enfrentamos com a pandemia é algo novo e impacta sobremaneira nossas vidas. Vivenciamos todos os dias um misto de sentimentos difusos que nos coloca em estado de ansiedade constante.

Pensar o cenário parece um esforço gigantesco, mas necessário. Compreendemos que a Psicologia passou por diversas transformações no decorrer da sua história, estando subordinada a outras ciências até se tornar autônoma e constituir seu próprio campo de saber, assim como uma profissão implica esforços e, atualmente, merece ainda mais atenção à sua práxis.

O estágio supervisionado em psicologia acompanhou a evolução dela, passando de um local secundarizado na formação, como momento de “pôr em prática” os saberes conquistados na formação para um espaço/momento de reflexão sobre a prática, constituindo-se campo de pesquisa.

Em Psicologia Organizacional e do Trabalho, tanto quanto em outras possibilidades de atuação do psicólogo, elas surgem como oportunidade de manter o trabalho e minimizar os impactos provocados pela pandemia e o isolamento social.

Por conseguinte, dada a centralidade que elas estão ocupando nesse momento, tanto para continuidade da formação quanto na realização do trabalho, é importante que a Psicologia se aproxime mais das TICs integrando-as como um elemento formativo no currículo do curso de Psicologia e que seja, para o estágio uma estratégia, ainda que híbrida, um

meio de posicionar vozes e lugares assertivos para a construção de dias melhores e contínuas melhorias no campo organizacional com ênfase na saúde mental de trabalhadores.

Referências

ALVES, Vanezilda Pereira; SANCHEZ, Andressa Barreiros; MAGALHÃES, Cassiana. **O estágio supervisionado no Curso de Pedagogia: “e quem já é professor”?** vivências e experiências da prática de estágio. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

BASTOS, A. V. B. (1997). **Mudanças tecnológicas, cultura e indivíduo nas organizações: O desafio de construir sistemas de trabalho de alto desempenho.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, 13(3), 317-327.

BELL, Judith. **Projeto de Pesquisa: guia para iniciantes em educação, saúde e ciências sociais.** 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BORGES, L. O; MOURÃO, L. (Orgs.). **O trabalho e as organizações.: atuações a partir da Psicologia.** Porto alegre: Artmed, 2013.

BRAZ, M. V. **A pandemia de covid-19 (sars-cov-2) e as contradições do mundo do trabalho.** R. Laborativa, v. 9, n. 1, p. 116–130, abr., 2020.

COELHO-LIMA, Felipe et. al. Características da Psicologia do Trabalho e das Organizações na Formação do Psicólogo no Brasil. **Revista Psico**, Rio Grande do Sul: PUC. V. 45, n. 4, p. 445–453, out–dez, 2014.

CURY, Bruno de Moraes; NETO, João Leite Ferreira. Do currículo Mínimo às Diretrizes Curriculares: os estágios na formação do psicólogo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 494–512, dez, 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./abr. 1995.

GONZATTO, Marcelo et. al. Mudanças de comportamento, na economia e no trabalho: como as epidemias transformam o mundo. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/03/mudancas-de-comportamento-na-economia-e-no-trabalho-como-as-epidemias-transformam-o-mundo-ck80pbm1800ab01rzot5fswxm.html>. Acesso: 05 de maio de 2020.

IEMA, Carlos Roberto Dias. Um estudo teórico sobre a formação do psicólogo organizacional no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática**, 1 (1), p. 31 – 41, 1999.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O papel do psicólogo. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Psicologia Ciência e Profissão**, 29 (4), p. 718 – 737, 2009.

PEREIRA, Fernanda Martins; NETO, André Pereira. O Psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 19 – 27, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência: diferentes concepções**. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 05 de maio de 2020.

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA COM PACIENTES RENAIIS CRÔNICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19

Renata Laureano da Silva

Mestra em Psicologia (UFAL), Professora do curso de
Psicologia UNIT/AL

Lidiany Alves França

Estudante de graduação do curso de Psicologia da
UNIT/AL

Yasmin Lima Caldas

Estudante de graduação do curso de Psicologia da
UNIT/AL

the fact that they are sick and need to attend the hospital, a space that is also occupied by people infected with the virus. This article aims to expose the role of psychologists in times of pandemic, as they had to face their own concerns, such as the possibility of acquiring and spreading the virus during their work, in addition to the new difficulties in accessing the patient, since the use of PPE (personal protective equipment) makes listening between subjects difficult and influences the creation of a bond.

Keywords: Psychology; Pandemic; Covid-19; Chronic Kidney Failure.

Os rins, segundo Eaton e Pooler (2016), desempenham várias funções em nosso organismo, indo além do papel tradicional de filtração de fluídos e eliminação de resíduos que lhe é conferido. Esses órgãos participam ativamente da manutenção da integridade óssea e atuam, entre outras atribuições, em parceria ao sistema cardiovascular no controle da pressão arterial e com a produção de glóbulos vermelhos.

Em razão dessa multiplicidade de papéis, quando o funcionamento renal apresenta déficits ou alterações mais graves, todo o corpo é afetado. De acordo com dados preliminares de pesquisas realizadas no primeiro ano da pandemia de Covid-19, cerca de 14% a 30% da população que contraem o vírus, tendem a desenvolver problemas de ordem renal (NEVES, 2020), como a Insuficiência Renal Crônica (IRC), doença a qual é preciso utilizar da terapêutica da hemodiálise.

O tratamento de hemodiálise é um procedimento de duração indefinida, invasivo e monótono, em que o paciente precisa ficar ligado a uma máquina, que irá bombear seu sangue para filtrá-lo por cerca de 3 ou 4 horas. Antes da pandemia, já era capaz de gerar diversas implicações na

saúde física e mental dos sujeitos. Por essa razão, é necessário compreender e se atentar à singularidade de cada um, observando pontos como sua rede de apoio, questões sociais, emocionais e econômicas (FREITAS; COSMO, 2010).

O paciente com IRC precisa lidar com a fragilidade de sua saúde, o que viabiliza a presença de pensamentos relacionados à efemeridade da vida; além disso, há alterações em sua autonomia e independência, favorecendo o surgimento de angústia, tristeza, melancolia, além da possibilidade do aparecimento de transtornos como depressão, ansiedade, pânico, além de outros relacionados ao sono, como apneia do sono, insônia ou sonolência excessiva durante o dia (RESENDE *et al.*, 2007).

Com a pandemia, houve o acréscimo de novos receios e angústias. Como os pacientes dialíticos não podem interromper o tratamento, frequentar o ambiente hospitalar poderia remeter a um espaço capaz de colocá-los em maior contato com o vírus.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1946), saúde (física e mental) é uma condição que não simboliza apenas a ausência de doença, mas que traz à tona questões biológicas, sociais e psicológicas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009). No plano hospitalar, apesar do foco ser a doença e suas adversidades, a potencialidade do fazer psicológico consiste na reflexão de que os pacientes não se limitam apenas às doenças das quais são portadores.

Com as restrições e medidas preventivas na pandemia, foi preciso elaborar ações que se adaptassem a esse novo contexto. Desse modo, o psicólogo passou a manter distanciamento de seus pares e de seus pacientes, incluiu equipamentos de proteção individual (EPIs), que podem dificultar o exercício de uma escuta atenta e adaptar-se aos novos estímulos do ambiente e a suas restrições, além de lidar com todas as preocupações suscitadas.

A rotina hospitalar também se modificou. Surgiram preocupações com a saúde mental dos trabalhadores, pacientes e família, que relataram problemas no ciclo do sono, aumento do índice de ansiedade, estresse, exaustão física e mental, medo em lidar com a morte e, também, de ser

atendido por profissionais de saúde, visto que o espaço hospitalar remete a um local de contaminação do vírus, bem como a dificuldade em prestar assistência a todos que necessitavam.

Assim, a atuação da psicologia se mostrou ainda mais essencial diante dos sentimentos intensificados, uma vez que o paciente dialítico já enfrenta certa exclusão social por conta das limitações físicas e cognitivas que a terapêutica acarreta, como o rebaixamento do nível de consciência, *delirium* e demência (MATTA *et al.*, 2014).

A psicologia possui diferentes possibilidades de intervenção, utilizando-se, principalmente, da prática do acolhimento, que envolve uma série de atitudes, como a escuta ativa ao paciente, sem julgamento, de forma que ele seja capaz de expressar suas emoções, pensamentos e possíveis demandas. É a partir deste ouvir que o profissional é capaz de enxergar o protagonismo do paciente no seu processo de saúde-doença (DE SOUZA; ACÁCIO, 2019 apud MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Outrossim, mecanismos como a psicoeducação e a orientação junto ao sujeito, com temáticas voltados ao transcurso do tratamento e da própria doença renal, luto, a ideia de morte e morrer (reforçadas pelo surto do vírus da Covid-19), bem como sobre a importância do distanciamento, a necessidade da utilização dos EPIs e a promoção de medidas de autocuidado para os pacientes e familiares. Ao abordar essas temáticas, o psicólogo ajuda o paciente a compreender o momento de vida em que se encontra, colaborando na devolução de certo controle para o sujeito, principalmente, sobre a sua existência, e reforçando o senso de responsabilidade em cuidar de si e dos outros.

Considerações Finais:

A pandemia da Covid-19 suscitou diversos sentimentos e questionamentos na população, em especial nos pacientes renais crônicos. O momento pandêmico reforçou sensações comuns a esses sujeitos, como a insegurança em relação à própria vida, exacerbou o medo da morte e distanciou ainda mais esses pacientes que já viviam, de certa forma, socialmente isolados.

O tratamento de hemodiálise, no entanto, não é algo que possa ser pausado, assim, os pacientes precisam continuar o tratamento no hospital. Nesse contexto, o trabalho do psicólogo se mostrou ainda mais necessário,

tendo que enfrentar demandas como uso de EPIs, que dificultam a comunicação profissional-paciente; angústias suscitadas pelo medo do vírus, além das suas próprias preocupações em não se contaminar ou infectar seus pacientes e familiares.

Apesar dos novos desafios, ressalta-se a atuação do psicólogo no contexto hospitalar pautado nas singularidades dos (as) pacientes. Mesmo com a dificuldade de atuar com uma quantidade maior de EPI, é possível criar um espaço para uma escuta ativa e qualificada. Escuta esta que não é apenas da doença ou do biológico, mas sim de sujeitos concretos, com suas histórias de vida e valores.

Referências

BRASIL. Clínica ampliada e compartilhada / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

DE SOUZA, E. A.; ACÁCIO, K. H. P. Acolhimento psicológico como forma interventiva no puerpério. Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde - UNIT - ALAGOAS, v. 5, n. 3, p. 11, 2019. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosauade/article/view/6034>. Acesso em: 1 jul. 2021.

EATON, D.C.; POOLER, J. P. Fisiologia renal de Vander. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. (Lange).

FREITAS, Paula Pereira Werneck de; COSMO, Mayla. *Atuação do Psicólogo em Hemodiálise*. Rev. SBPH, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 19-32, jun. 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582010000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 jul. 2021.

MATTA, Sílvia Mendonça da *et al.* *Alterações cognitivas na doença renal crônica: uma atualização*. Braz. J. Nephrol., v. 36, n. 2, p. 241-245, jun. 2014.

NEVES, Úrsula. Covid-19: novo coronavírus pode afetar os rins dos pacientes infectados? **Portal PeBMed**, 2020. Disponível: <<https://pebmed.com.br/covid-19-novo-coronavirus-pode-afetar-os-rins-dos-pacientes-infectados/>>. Acesso em 28 jul. 2021.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://www.who.int/es/about/governance/constitution>. Acesso em: 27 jul. 2021.

RESENDE, Marineia Crosara de *et al.* *Atendimento psicológico a pacientes com insuficiência renal crônica: em busca de ajustamento psicológico*. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 87-99, dez. 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 jul. 2021.

DIÁLOGOS EM PSICOLOGIA ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DA PSINAED NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Everton Fabricio Calado

Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

Leilane Silva Ferreira

Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Mayara de Souza Mello Porto

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Stheffanny da Conceição Antão

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

O cenário pandêmico, no ano de 2020, ocasionou diversos desafios para a continuidade do trabalho educativo, o que gerou impactos psicológicos significativos em toda a comunidade escolar. Vale ressaltar que, atualmente, a maioria dos estados do País não contempla a presença do psicólogo escolar nas instituições de ensino. Contudo, com a recente aprovação da Lei 13.935/2019, e a crescente discussão sobre a necessidade da implementação desta, houve uma intensa procura por profissionais da psicologia para acompanhar as instituições de ensino, nesse momento de mudanças e incertezas. A escola é um complexo sistema de redes de relações que acontecem na prática psicossocial, visando facilitar o desenvolvimento integral do sujeito. Sendo assim, é importante que os psicólogos escolares desenvolvam parcerias com os atores sociais da escola, ou seja, gestão, professores, alunos, familiares/responsáveis e a comunidade do entorno da instituição. A partir da compreensão de que todos eles influenciam direta ou indiretamente no processo de ensino-aprendizagem. O trabalho do psicólogo escolar, em uma perspectiva crítica, precisa ser orientado por um processo investigativo, a partir do mapeamento das principais demandas escolares, baseado em uma postura de escuta ativa e direcionada à promoção do desenvolvimento humano (MARINHO-ARAÚJO; ALMEIDA, 2010; PEDROZA; MAIA, 2021)

Mesmo sem o cargo de psicólogo escolar devidamente estabelecido na rede pública de ensino alagoana, uma parcela da categoria orienta-se pelo compromisso social que possibilita inserções nas instituições, ainda que pontuais, de forma voluntária ou pela colaboração da pesquisa acadêmica. Uma das formas de articulação das gestões escolares de Alagoas para

inserção da psicologia na educação é com a comissão Psicologia na Educação - PSINAED do Conselho Regional de Psicologia (CRP-15), que reúne pesquisadores, profissionais e acadêmicos engajados com essa causa. A comissão PSINAED (CRP-15) recebeu diversos convites de escolas públicas, para realizar algum tipo de intervenção. Dentre estes, houve a solicitação da gestão da Escola Estadual Professor José da Silveira Camerino, situada no Centro Educacional de Pesquisa Aplicada (CEPA). A escola assinalou como o contexto adverso uniu-se às conhecidas problemáticas estruturais da rede pública de ensino: a escassez de recursos; número insuficiente de profissionais, a desadaptação da equipe para o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); e, principalmente, a exclusão digital vivenciada pelos estudantes para acompanhar as aulas remotas.

Nessa direção, a comissão se dispôs a acolher as demandas compartilhadas pela equipe diretiva da escola e desenvolveu, em conjunto, o projeto “Diálogos com a Psicologia Escolar”, com o objetivo de criar espaços de interação *online*, para escuta, acolhimento e troca entre a comunidade escolar, visando a uma comunicação colaborativa e articulação de ações frente às dificuldades da educação remota. Foram realizadas 10 rodas de conversa *online*, mediadas pelos psicólogos da comissão e divididas em momentos com cada grupo - professores, funcionários, estudantes e gestão - em diferentes turnos para contemplar a maior parte dos envolvidos. As rodas aconteceram por videochamadas com média de 2 horas de duração cada uma, no intuito de conhecer as problemáticas enfrentadas pelos grupos durante as atividades remotas.

Desenvolveram-se esses momentos ao longo de 3 meses, com a média de 80 participantes na intervenção como um todo. Levando em conta o cenário turbulento, utilizamos a mediação estética durante as rodas, isto é, o uso da arte como materialidade promotora de abertura para atribuição de um novo olhar para realidade. Nossa proposta foi apresentar elementos artísticos (vídeos, imagens, músicas) que favorecessem a quebra do ritmo cotidiano e contribuíssem com ampliação dos modos de significar e se relacionar com a realidade dos envolvidos na intervenção (VIGOTSKI, 2001; SOUZA et al., 2010). A estrutura das rodas de conversa foram: 1. o momento de abertura com a apresentação dos participantes; 2. mediação estética, a partir da exibição de imagens, músicas, tirinhas, às vezes,

acompanhadas de questões disparadoras como “o que você mais sente falta da escola?”; 3. espaço para a partilha das queixas do grupo e 4. uma breve devolutiva da nossa equipe sobre as questões apresentadas pelo grupo. As inquietações mais partilhadas foram: a dificuldade na utilização das ferramentas tecnológicas; dificuldade de acesso à internet e de comunicação com os estudantes; conflitos na equipe pedagógica; sobrecarga de atividades; dificuldade de gerir o tempo entre a família e o trabalho/estudo; e lidar com as questões emocionais de medo, ansiedade e luto.

Esses momentos foram bem recebidos pelos participantes e fato de estarem entre pares favoreceu a confiança para trocar sem julgamentos. Identificamos a necessidade de acolhimento por parte de todos, de estar com outros afetivamente mesmo em distanciamento físico. A cada fala compartilhada ocorreu o relato do grupo sobre a sensação de que não são os únicos a experienciar determinadas dificuldades, e, por um momento, aliviar a sensação de isolamento do seu trabalho ou estudo. As nossas intervenções nos encontros nunca foram no sentido de silenciar os conflitos, mas entendê-los como caminhos para construir relações de respeito que auxiliassem no desenvolvimento de soluções coletivas para as problemáticas da instituição, a partir do diálogo. Após as primeiras rodas, realizamos devolutivas à gestão da escola que foram potentes para circular as inquietações da comunidade escolar e oferecer à gestão propostas específicas sobre cada grupo.

Ao final da intervenção, foram criadas condições para maior adesão aos processos de trabalho, por parte dos professores e funcionários, e maior investimento na escuta e comunicação com os estudantes sobre a experiência com o ensino remoto. Certamente, não é apenas o ato de dialogar capaz de resolver todos os impasses da escola na pandemia, visto as limitações reais que o sistema educacional, cenário socioeconômico e de saúde impõe à instituição. Porém, mesmo no formato virtual, foi perceptível que a construção de espaços dialógicos continua relevante para integração da equipe escolar. A intervenção ressaltou, principalmente, a necessidade de implementação da Lei 13.935/2019 para inserção de psicólogos escolares e de assistentes sociais como parte efetiva das equipes de trabalho na educação (PEDROZA; MAIA, 2021).

Referências

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - PR. Psicologia escolar/educacional: ações e debates em psicologia escolar/educacional. Bruno Jardini Mäder (org.) – Curitiba: CRP-PR, 2016. 158 p. Disponível em: < https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CRP_Caderno_Educacional_Vpdffinal.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MARINHO-ARAÚJO, C. M.; ALMEIDA, S.F.C. **Psicologia Escolar: Consolidação da identidade profissional**. Campinas-SP: Editora Alínea, 3^a ed., 2010.

PEDROZA, R. L. S.; MAIA, C. M. F. Atuação de psicólogas escolares em contexto de pandemia: análise de práticas profissionais. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia**, p. 91-117, 2021. Disponível em: < https://www.ifpi.edu.br/noticias/eBook_PsicologiaEscolar.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SOUZA, V. L. T.; DUGNANI, L. A. C.; REIS, E. C. G. Psicologia da Arte: fundamentos e práticas para uma ação transformadora. *Estud. psicol. Campinas*, 35(4), 375-388, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/55QML8QcV9DwJF8JfgJJpfh/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da Arte**. Trad. Paulo Bezerra. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

A IMPORTÂNCIA DO PRÉ-NATAL PSICOLÓGICO COM GESTANTES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Nara Virginia Rocha Simões Anadão

Psicóloga especialista em Psicologia Perinatal e professora do curso de graduação em Psicologia na Estácio/FAL

Priscila Barroso Pereira da Silva

Graduanda em Psicologia do Centro Universitário Tiradentes/AL

Yasmin Lima Caldas

Graduanda em Psicologia do Centro Universitário Tiradentes/AL

O período gestacional é marcado por diferentes e profundas transformações. Do ponto de vista biológico, o corpo transmuta para ser capaz de gerar e desenvolver outro indivíduo, sendo necessário, portanto, se atentar para a saúde do corpo, uma vez que a taxa de hormônios e nutrientes presentes tendem a se alterar (PICCININI et al, 2008). As modificações, no entanto, não se restringem ao físico.

As alterações psicológicas e sociais podem não ser tão facilmente percebidas, como acontece com o crescimento da barriga e os movimentos feitos pelo bebê que são logo notados, mas conseguem ser tão intensas quanto as físicas. Socialmente, a pessoa gestante incorpora novos papéis sociais, incorporando a função parental, além de filial, por exemplo. Em contrapartida, essas mudanças não são exclusivas apenas a quem gesta, a família é diretamente envolvida, precisando desenvolver e entender os papéis de avó, tio e irmã em que estão sendo introduzidos.

Todas essas transformações, também, foram impactadas com o novo coronavírus, SARS-COV-2, agente etiológico da Covid-19 que tem como um dos públicos vulneráveis a pessoa gestante, por suas diversas alterações fisiológicas e maior suscetibilidade ao vírus, um grupo de risco para a COVID-19, podendo gerar complicações para a gestação e para o feto, sendo uma ameaça elevada de morbimortalidade. (ESTRELA, 2020). E há, também, a necessidade de atenção psicológica pelos quadros de medo e angústia de gestantes, primípara ou múltipara, gerando um grande sofrimento mental em meio a pandemia do COVID-19, com risco para evolução de outros agravos mentais (LELIS, 2020).

Com isso, a preocupação com os cuidados às gestantes e puérperas se tornou imprescindível, principalmente, porque essa população apresenta dificuldades de acesso ao pré-natal de qualidade, o que piorou ainda mais nesse período de pandemia, segundo Souza e Amorim, 2021, seja pelo receio de gestantes em procurar o serviço de saúde, devido às incertezas e ao medo de sair de casa, aumentando a frequência de sinais e sintomas de ansiedade e depressão, ou por falhas graves e muito frequentes da assistência a esse público nos municípios, priorizando a assistência ao tratamento da COVID-19.

E no contexto pandêmico, a gestação, que, por si só, é um amplificador de alterações emocionais, precisa ser vista de maneira que não se priorize apenas o desenvolvimento fisiológico, mas também todo o acompanhamento emocional de quem passa por essa fase do desenvolvimento humano em meio a uma pandemia.

Até porque a necessidade de enfrentar essas dificuldades surge da capacidade psicológica de lidar com períodos de grande impacto e que exigem mudanças severas, sendo elas a gestação, em que os papéis sociais mudam, as emoções mudam constantemente, e, em uma pandemia que necessita de distanciamento social, perdendo rede de apoio, a mudança do confinamento, do uso de máscara e de muitos outros medos que surgem pela incerteza e insegurança do momento vivido, busca um comportamento mais resiliente e adaptativo para a nova realidade instalada socialmente.

Em decorrência dessas questões, o pré-natal obstétrico é uma ferramenta poderosa para a proteção daquele que gesta, contudo, seus procedimentos são, muitas vezes, técnicos, restringindo-se à saúde física. Fazendo com que os aspectos emocionais sejam trabalhados de forma insuficiente, contribuindo assim, para que questões acerca das outras dimensões que fazem parte do período gravídico-puerperal não sejam trabalhadas.

Entendendo esse aspecto, o pré-natal psicológico (PNP) tem se mostrado, cada vez mais, um instrumento favorável ao processo de assistência à gestação (DE JESUS, 2017). O acompanhamento de PNP visa acompanhar a pessoa grávida durante o período gestacional, trabalhando pontos específicos, como o trabalho de parto, amamentação, puerpério, rede de apoio, entre outros. Além desse aspecto, o PNP também propicia aos demais componentes da família participarem dos encontros, trabalhando as transformações e incertezas que esse período acarreta.

De acordo com a pesquisa realizada por Arrais, Mourão e Fragalle (2014), para além de um aparato positivo, capaz de orientar as famílias acerca do funcionamento gravídico-puerperal, o PNP também pode ser visto como uma ferramenta preventiva, uma vez que pessoas gestantes que tiveram o acompanhamento psicológico apresentam menos quadros de depressão e ansiedade puerperal, quando comparadas àquelas que não tiveram essa assistência. Pode ser realizado em formato individual ou em grupo, em instituições públicas ou privadas, o que pode ampliar sua implementação na sociedade, como maneira de trabalhar a promoção de saúde mental dessa população gravídico-puerperal.

Analisando essas questões em um grupo de mulheres gestantes que são assistidas por uma instituição filantrópica em Maceió/AL, foi iniciado um acompanhamento de pré-natal psicológico conduzido por uma psicóloga e duas estagiárias de psicologia, no início do ano de 2021 e se mantém até o momento atual. Tal acompanhamento objetiva acolher as demandas emocionais de gestantes, em situação de vulnerabilidade social, acolhidas por esta instituição.

Nos encontros, é oferecido apoio emocional, discussão de soluções para demandas que podem surgir no período gravídico-puerperal, como aquelas relacionadas aos mitos da maternidade, à sua idealização, à possibilidade da perda do feto ou bebê, à gestação de risco, à malformação fetal, ao medo do parto e da dor, aos transtornos psicossomáticos, aos transtornos depressivos e de ansiedade, às mudanças de papéis familiares e sociais, às alterações na libido, ao conflito conjugal, ao ciúme dos outros filhos, ao planejamento familiar, a situação de desemprego, além do acolhimento do medo de contaminação pelo COVID-19 no momento do parto.

Assim, entendendo que a pandemia pode ter funcionado para muitas famílias como um agravante de outras dificuldades, medos, ansiedades e que a gestação em si é um amplificador de transformações, o pré-natal psicológico (PNP) vem como um novo conceito em atendimento perinatal voltado para maior humanização do processo gestacional e do parto e da parentalidade, a atuação do psicólogo, nesse contexto pandêmico, necessita de uma abordagem diferenciada dos cursos de gestantes, e que dificilmente é encontrada em serviços de obstetria. E que inclua, também, a psicoeducação para a rede de apoio dessas gestantes, para que, dentro da realidade vivida pela família, possa haver um auxílio no amparo dessas mulheres que estão no ciclo gravídico-puerperal.

Por isso, acolher a pessoa gestante e sua família ou rede de apoio, em todo o processo gravídico-puerperal, durante a pandemia, presencial ou *online*, por meio de encontros temáticos, escuta qualificada na área perinatal, com ênfase na preparação psicológica para a maternidade e paternidade (parentalidade), pode diminuir o surgimento de transtornos emocionais ocasionados nesse período, que é tão suscetível de adoecimento psíquico e ainda proporcionar um espaço emocionalmente seguro para trabalhar os sentimentos ambivalentes tão característicos desse processo.

Referências

ARRAIS, A. R.; MOURÃO, M. A.; FRAGALLE, B. O pré-natal psicológico como programa de prevenção à depressão pós-parto. *Saúde e Sociedade*: 2014, v. 23, n. 1, pp. 251-264. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100020>>. Acessos em 22 de jul. de 2021.

DE JESUS, M. A. S. O Pré-natal psicológico e a relação com a prevenção na depressão puerperal. 2017. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1112.pdf>>. Acessos em 22 de jul. de 2021.

ESTRELA, F., Silva, K. K. A. D., Cruz, M. A. D., & Gomes, N. P. Gestantes no contexto da pandemia da Covid-19: reflexões e desafios. 2020, *Revista de Saúde Coletiva*. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/physics/2020.v30n2/e300215>>. Acessos em 22 de jul de 2021.

LÉLIS, B. D. B., CORRÊA, J. M. C., et al. O Sofrimento Mental das Gestantes em Meio a Pandemia do Novo Coronavírus no Brasil/The Mental Suffering of Pregnant Women Amid a New Coronavirus Pandemic in Brazil. 2020, *REVISTA DE PSICOLOGIA*, pp. 442-451. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2676>>. Acessos em 22 de jul de 2021.

PICCININI, C. A., GOMES A.G., DE NARDIR, T., LOPES, R. S. Gestação e a constituição da maternidade. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 1, p. 63-72, jan./mar. 2008.

SOUZA, A. S. R., AMORIM, M. M. R. Mortalidade materna pela COVID-19 no Brasil. Rev. Bras. Saúde Matern. Infant., Recife, 21 (Supl. 1): S257-S261, fev., 2021.

STALLINGS J., BONET E., YAP, M., CHATTERJEE, M., KEW, S. et al. Clinical manifestations, risk factors, and maternal and perinatal outcomes of coronavirus disease 2019 in pregnancy: living systematic review and meta-analysis. 2020. Disponível em: <<https://www.bmj.com/content/370/bmj.m3320>> Acessos em 25 de jul de 2021.

ITINERÁRIOS DA COMISSÃO PSINAED/CRP-15 DURANTE A PANDEMIA

Fernanda Silveira Souza

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas

Marianne Lemos Costa

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas

Pedro Aleixo Soares

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas

Suzy Kamylla de Oliveira Menezes

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas

Rodrigo Pimentel Gomes Ramos

Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas

Introdução

Recentemente, eclodida a vivência coletiva de uma pandemia em meados de março de 2020, a educação viu-se diante de um fenômeno sem precedentes, através do qual precisou reunir esforços para planejar a continuidade do processo de escolarização e formação. O risco biológico forçou uma primeira interrupção. Viu-se, com o passar do tempo, uma adaptação mais rápida das instituições particulares ao uso de ferramentas digitais (PEDROZA; MAIA, 2021). Tanto o fechamento temporário como o retorno em outro modelo estrito geraram e geram consequências para a educação, seja pelo que se perde pela suspensão do ensino presencial, seja pelos efeitos das condições e contextos de trabalho e estudo de forma *online*.

Apenas três meses antes, foi aprovada a Lei 13.935 de 2019, que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica” (BRASIL, 2019). Isso significa que profissionais da Psicologia Escolar e Educacional não tiveram tempo de ocupar espaço como parte efetiva de equipes de trabalho na educação, cabendo sua entrada nessas instituições através, apenas, de secretarias de educação, projetos de pesquisa e extensão de universidades e faculdades através de intervenções pontuais ou centralizadas em poucas escolas. Além disso, movimentos pela educação, grupos acadêmicos e comunidade escolar vêm discutindo sobre a falta ou dificuldade de acesso a ferramentas e a tecnologias de informação e comunicação por estudantes, famílias e profissionais. Somente um ano e três meses após o início da pandemia, em junho de 2021 e com dificuldade, foi definida a Lei nº 14.172, que define a “garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública” (BRASIL, 2021). Através desta e

partir de planos estaduais e municipais pôde ser possível o acesso pretendido. É nesse contexto que a Comissão de Psicologia na Educação (PSINAED/CRP-15) vem sendo solicitada, no geral, por escolas ou instituições públicas básicas ou superiores. Assim, o objetivo deste artigo é compartilhar as intervenções realizadas pela PSINAED no período de pandemia.

Resultados e Discussões

A seguir, serão apresentadas quatro intervenções realizadas pela PSINAED durante a pandemia. Todas aconteceram por meio de videoconferência, considerando o cenário pandêmico. A primeira experiência descrita neste trabalho ocorreu junto às(aos) psicólogas(os) do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), de vários *campi*. Esse encontro teve como objetivo refletir sobre as possibilidades de atuação preventiva do Psicólogo(a) Escolar em período de pandemia. A capacitação ocorreu em março de 2021. A partir da mediação estética, foi utilizada a arte como recurso de intervenção, um objeto cultural (VIGOTSKI, 1999) ao mesmo tempo produto de uma época e produtor, quando em contato com outras pessoas.

Uma das questões centrais sobre a qual recaíram as discussões foi a dificuldade em alcançar os(as) participantes da escola através dos meios tecnológicos, ou: “como manter esse vínculo virtual com estudantes com afeto?”. As potencialidades e as limitações das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são reconhecidas no exercício profissional a distância, e tais limitações esbarram no fato de que mesmo essas/es profissionais da Psicologia estão inseridas(os), à sua forma, no mesmo contexto de pandemia: “os desafios que surgem, nesse contexto, fogem ao controle e ao planejamento de atuação enquanto psicólogas e psicólogos escolares. Ou seja, colocam-nos a todos frente ao inesperado” (PEDROZA; MAIA, 2021, p. 96). É sobretudo em momentos de lidar com o inesperado que se precisam construir alternativas de forma colaborativa, através de escuta atenta ao momento peculiar vivenciado, mobilizando-se junto a outros atores escolares.

A segunda atividade ocorreu com profissionais da Unidade de Educação Infantil Professora Telma Vitória - UEIPTV/UFAL, localizada em Maceió - AL, com o tema *Saúde mental e estratégias para o retorno às atividades*

presenciais, a fim de dialogar com a equipe de profissionais da unidade em uma reunião de formação continuada da instituição. O objetivo foi abordar as repercussões da pandemia na saúde mental, a necessidade de manter os cuidados com a saúde ao longo desse período e as possibilidades sobre a volta às aulas com base nas medidas sanitárias de proteção contra a COVID-19. O convite foi realizado a partir da Coordenação de Psicologia da unidade e contou com a participação de 20 profissionais. Um aspecto destacado foi sobre as adaptações à pandemia e a importância de espaços de diálogo para construção de estratégias para o retorno às aulas, considerando as ações discutidas coletivamente pela escola.

A terceira atividade foi realizada com professores(as) da Escola Estadual Theonilo Gama, localizada em Maceió - AL, com o tema *Educação e pandemia: diálogos com a Psicologia Escolar*. O objetivo foi dialogar sobre os desafios da educação durante a pandemia e a retomada das atividades por meio do ensino remoto. Foram realizadas duas oficinas e participaram em média 10 professores(as). Foi possível observar que as oficinas se constituíram como espaço de reflexão e acolhimento sobre as dificuldades enfrentadas, bem como as possibilidades da educação no cenário da pandemia. Nesse sentido, foram discutidos aspectos pedagógicos sobre a adaptação ao ensino remoto, bem como aspectos afetivos sobre a saúde física e psicológica dos(as) professores(as) que são impactados nesse processo, apontando para a necessidade de considerar essa dimensão no processo de ensino e aprendizagem ao longo da pandemia.

Por fim, a quarta atividade foi realizada com professores(as) da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, com o tema *Saúde mental e suas estratégias para o enfrentamento à pandemia na educação*. O convite foi realizado pela direção da escola. O objetivo foi realizar o acolhimento das dificuldades dos(as) profissionais através da escuta, participação e discussão dos relatos de cada professor(a). A mediação estética foi fundamental nesse encontro, despertando através da arte e suas diversas expressões a sensibilidade de estar com outro, mesmo que de forma remota. A música, os poemas de cordel, um texto lido por uma professora foram alguns exemplos que fomentaram o primeiro contato com os(as) docentes. O encontro suscitou indagações quanto à importância de momentos a

coletivos, desenvolvimento de estratégias de cuidado e corresponsabilidade pelo ambiente escolar.

Considerações Finais

As intervenções da PSINAED buscaram criar uma rede de suporte a profissionais e instituições de ensino durante a pandemia. As atividades propostas relacionaram-se com uma Psicologia comprometida com a construção de conhecimento e novos significados acerca das questões escolares. Partimos do princípio de que professores(as), gestores(as) e estudantes são protagonistas nos processos de reflexão sobre suas vidas e buscamos auxiliá-los na tomada de decisão sobre que percursos seguir diante do atual cenário. Buscamos contribuir com a construção de um conhecimento alinhado aos argumentos que reivindicam a presença efetiva de psicólogos(as) escolares na educação básica, em especial aos esforços de comitês regionais e nacionais de mobilização pela implementação da lei 13.935/2019.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm.

BRASIL. **Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021.** Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14172-10-junho-2021-791456-publicacaooriginal-163002-pl.html>

PEDROZA, R. L. S.; MAIA, C. M. F. **Atuação de Psicólogos Escolares em Contexto de Pandemia.** In: NEGREIROS, F.; FERREIRA, B. O. (Orgs). Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia? São Paulo: Pimenta Cultural, 2021, pp. 92-118. Disponível em: https://12a44a16-333b-2afc-4c09-a9f4ce61c300.filesusr.com/ugd/143639_b1fbfb85ab1d4caaa6e7b3577b8464cc.pdf.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte.** 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

O fazer do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) durante a pandemia da Covid-19

Thatiane da Silva Carvalho
Pós-graduada em Psicologia Jurídica

O objetivo deste trabalho é discutir sobre as dificuldades encontradas na atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Vila de Fátima da cidade de Chapadinha no estado do Maranhão durante a pandemia do novo coronavírus, chamado SARS-CoV-2 ou Covid-19. O CRAS é um espaço público a fim de dar assistência a todos os indivíduos com o intuito de fortalecer o vínculo familiar e com a sociedade.

A equipe do CRAS busca conhecer o território onde são ofertados seus serviços. Conhecendo a comunidade, as suas vulnerabilidades, para o que precisa ser olhado e o que essa comunidade necessita. Diante disso, o CRAS se mobiliza para ofertar ações comunitárias (palestras, eventos, entre outros) que auxiliam no combate a problemas diários típicos daquela comunidade, naquela região (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) também facilita o acesso a serviços, projetos, benefícios de assistência social, orientações e pode acionar outras unidades da rede socioassistencial (GOVERNO FEDERAL, 2020).

Esta unidade se preocupa em proporcionar proteção básica aos indivíduos em áreas de risco.

O mundo, em meados de 2020 e 2021, se tornou extremamente vulnerável, em termos sociais, econômicos, biológicos e psicológicos, a partir do surgimento do novo coronavírus ou Covid-19. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2021), há necessidade de tomar certas precauções para proteger a si mesmo e às pessoas próximas, tais como o distanciamento físico, usar máscara, deixar o ambiente ventilado e lavar as mãos com frequência. No momento, o que se pode fazer para evitar a propagação da doença é manter o distanciamento social, a quarentena e permitir-se estar em isolamento, quando contraído o vírus.

Diante de toda essa nova realidade, fez surgir ou ampliar as vulnerabilidades da sociedade. A violência doméstica, a ansiedade e depressão são alguns resultados dessa nova ordem social, dessa nova rotina, desse novo modo de ser. Medo, angústia, aflição e sentir-se preso, em sua própria casa, gera uma tensão exacerbada causadora de diversas doenças, além do próprio coronavírus. O distanciamento e isolamento social permitiram a ampliação da atividade profissional de psicólogo, tanto pelos efeitos destes nas pessoas como pela necessidade de acolhimento e de estar presente com o outro inteiramente na relação.

O Conselho Federal de Psicologia (2020) divulgou orientações à categoria profissional a fim de auxiliar os atendimentos a serem realizados, tais como atender em locais ventilados, manter distância de um a dois metros entre as pessoas e possibilitou o atendimento *online* a fim de permitir o exercício da profissão e adequar-se ao novo viver em sociedade, para evitar a propagação da doença.

Foi percebido, durante esse um ano e sete meses de pandemia, que houve uma diminuição da incidência de atendimentos individuais e coletivos no CRAS devido ao isolamento social recomendado e devido ao medo de contaminação, porém com um aumento de casos posteriores com necessidade substancial de atendimento psicológico e assistencial. Houve uma maior dificuldade para dar assistência para a população vulnerável. Tiveram famílias com necessidades de acolhimento, de fortalecimento de vínculos com a família, de atualização de cadastros para recebimento de benefícios, de um estar ativo na sociedade que a pandemia não permitiu e, também, devido à suspensão de atividades externas durante um período que fragilizou ainda mais o sistema socioassistencial e as famílias que necessitam dele.

Com a diminuição dos casos ativos na cidade, houve uma procura maior das pessoas por atendimento. Diante do medo, luto, angústia, ansiedade e vulnerabilidade sociais e econômicas acentuadas durante a pandemia, fez-se necessária, mais do que nunca, a atividade profissional do psicólogo na atual situação em que se encontra o mundo hoje.

Entretanto, utilizando como critério para atendimento as orientações do Conselho Federal de Psicologia e Organização Mundial da Saúde (OMS), foi obtido um número satisfatório de atendimentos individualizados e coletivos (visitas domiciliares), tendo como prevalência nos casos as consequências negativas da Covid-19 para as pessoas.

É importante destacar que hoje diante da necessidade de alívio de questões emocionais e ressignificação da vida cotidiana, a Psicologia se faz mais presente em diversos contextos e setores da sociedade. O modo de aplicar a Psicologia na modalidade *online* até mesmo na rede socioassistencial faz levar a nossa prática para dentro da casa da pessoa, na sua realidade, no seu tempo e disponibilidade, mas nunca deixando de atender quem necessita nesse momento do mundo permeado de medo e solidão.

Diante disso, faz-se necessário buscar entender como uma pandemia tem impacto significativo na vida das pessoas, na sociedade e no próprio país e buscar estratégias para levar o exercício profissional a essas pessoas que necessitam de acolhimento, acompanhamento a fim de minimizar os impactos dessa pandemia na vida do sujeito em sociedade.

Referências

BRASIL. Ministério da cidadania. Assistência social. Brasília, 2015.

BRASIL. Governo Federal. Centro de referência de assistência social. Brasília, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Coronavírus: Comunicado à categoria. Brasília, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Orientações para o público. Genebra: OMS, 2020.

PRÁTICAS EM PSICOLOGIA NO CONSELHO TUTELAR: COMPARTILHANDO SABERES

Elzenir Batista de Lucena Campos

Mestranda em Psicologia Social pelo PPGPS/UFPB e membro
do Núcleo de Pesquisas e Estudos do Desenvolvimento da Infância
e Adolescência – NUPEDIA/UFPB.

Introdução

O texto traz a experiência profissional de uma psicóloga que atuou no Conselho Tutelar, entre 2020 e 2021, durante a pandemia da Covid-19, em João Pessoa/PB. Primeiro será falado, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e o Conselho Tutelar – CT e sua importância na implementação das Políticas Públicas da infância e adolescência. Por fim, comentar-se-á da sua experiência, enquanto psicóloga atuando no CT.

O ECA, na doutrina da proteção integral, versa como as instituições, devem proceder atendendo crianças e adolescentes e representa avanços sobre os direitos sociais da infância e adolescência. O ECA cria o Conselho Tutelar através do Artigo 131, que diz: “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”. (BRASIL, 1990). O CT, com sua atuação, contribui para efetivar e qualificar a Política Pública (PASE et al., 2020, p. 1008). E surge assim o lugar do profissional da

Relato Da Prática “Psi” no Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar é protagonista na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. O profissional da Psicologia contribui com seus conhecimentos teóricos, vivência e práxis fortalecendo esse protagonismo. Alberto et al. (2008, p. 563) falam que:

para fazer frente às situações de risco, as políticas públicas de assistência social precisam do trabalho de profissionais de vários setores, tais como saúde, educação, assistência social e sistema de Justiça. Dentre as áreas de atuação, demandam-se, dentre outros profissionais, os de assistência social e da Psicologia.

O ECA chama esse profissional, sobre os papéis que vêm desempenhar, nas Políticas Públicas que atendem crianças e adolescentes. Nesse locus, situar-se-á a práxis “PSI”, no Conselho Tutelar. Ao chegar ao CT, em março/2020, a psicóloga trazia experiências profissionais de outros trabalhos em instituições da política de assistência social, onde atuava na proteção integral de crianças e adolescentes. Essa atuação se deu junto ao início da pandemia de Covid-19, e trouxe novos desafios em atender no CT, cujas demandas não pararam.

O CT sofreu adaptações para atender as famílias, na estrutura física e em outras, no referido período, a saber: uso do álcool em gel e máscaras protetoras, distanciamento entre cadeiras, nas salas da recepção, psicologia, do serviço social, dos conselheiros tutelares e da coordenação. Funcionários e atendidos tinham que usar máscara nos atendimentos.

O CT conta com: 05 conselheiros tutelares; 02 psicólogas e 02 assistentes sociais; 01 coordenadora, 02 auxiliares de serviços gerais; 08 auxiliares administrativos; 03 motoristas e 04 vigilantes. Destaca-se que o CT só tinha 01 psicóloga de licença-maternidade, e que a instituição ficou apenas com a nova profissional.

O CT atendia em regime de plantão, onde observou-se diminuição nas ocorrências diárias, sobretudo, de março a junho/2020, período em que a psicóloga era convocada ao CT, quando conselheiros tutelares requeriam escuta. Verificou-se que casos atendidos, nesse tempo, eram sobre guarda compartilhada, abuso sexual, conflitos familiares, negligência, estupro de vulnerável e abuso sexual, sendo os 03 últimos mais recorrentes. Desde junho/2020, o CT voltou ao seu funcionamento normal. No período de julho/2020 a junho/2021, as demandas eram: denúncias, violações/atendimentos sobre conflitos familiares, ameaças de morte, negligência, autorização para viagem e estupro de vulnerável. As mais atendidas pela psicóloga foram: conflitos familiares, negligência, abuso sexual, maus tratos e guarda. Nesse período, houve 01 caso de trabalho infantil.

Com a chegada da psicóloga ao Conselho Tutelar, a dinâmica do local mudou, sobretudo acerca dos atendimentos, destacando sua participação em estudos de caso, orientação aos conselheiros sobre não revitimizar crianças e adolescentes e troca de saberes sobre serviços/ programas presentes na

rede intersetorial. A atuação da psicóloga versava sobre fazer escuta solicitada pelo conselheiro tutelar, elaborar relatório dessa escuta, com respaldo em teorias/leis e sugerir encaminhamentos sobre os casos. A escuta engloba o acolhimento, livre relato e intervenções que a situação requer. Assim, o papel da psicóloga consiste em assessorar conselheiros tutelares nos atendimentos dando suporte técnico, compartilhar saberes, contribuir para fortalecer práticas do CT e promover reflexões e avaliações sobre o fazer institucional. Percebeu-se que aprender sobre esse papel foi desafiador sobretudo por não existir documentos/leis que definam a prática “PSI” nesse local. Por isso, realizaram-se contatos com o Conselho Regional de Psicologia, o Setor municipal que administra o CT e colegas da profissão que atuam em CTs da cidade, para coletar informações que norteassem a prática Psi no CT.

Daí, foram encontrados e adotados: o ECA; o código de ética do psicólogo; a Constituição Federal Brasileira; lei municipal de proteção da criança e do adolescente; recomendações do CONANDA para proteger crianças e adolescentes na pandemia do Covid-19; nota de orientação do CRPRS/7ª Região, e outros documentos sobre direitos de crianças e adolescentes e a atuação do CT. Estes ficam como recomendações a outros profissionais desse contexto.

Conclusão

Com a chegada ao CT, o caminho demandou pesquisar e estudar para respaldar a prática profissional, enquanto psicóloga. Sendo os conhecimentos fomentados pela práxis, e as demandas e situações cotidianas desafios que exigiram um inventar e reinventar constantes da psicóloga, durante sua atuação no Conselho Tutelar.

Referências

ALBERTO, M. F. P. et al. O papel do psicólogo e das entidades junto a e adolescentes em situação de risco. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 28, n. 3, 558-573, set. 2008. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000300010. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. [1990]. Disponível em:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República. [1988]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
Acesso em: 15 jul. 2021.

Código de Ética Profissional do Psicólogo. Resolução CFP nº 010/2005. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia. [2005]. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Recomendações do CONANDA para proteção integral de crianças e adolescentes durante a pandemia da Covid-19. Paraná: CONANDA. [2 0 2 0] . 8 p . D i s p o n í v e l e m :
https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/recomendacoes_conanda_covid19_25032020.pdf. Acesso em: 15 jul.2021.

Nota de Orientação do CRPRS/7ª Região. Atuação dos Psicólogos em casos de violência contra criança e adolescente. Rio grande do Sul: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. [2020]. Disponível em:
<https://www.crprs.org.br/upload/others/file/da757909ce07f88aad575cc61e26d450.pdf>. Acesso em: 15 jul.2021.

PASE, H. L. et al. O Conselho Tutelar e as políticas públicas para crianças e adolescentes. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1000-1010, out. / dez. 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cebape/a/6gPR9V6PJ7vFKWx7jK6jLTg/?lang=pt#>. Acesso em: 15 jul. 2021.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: 26 out. 2020.

ESTRATÉGIAS PSICOLÓGICAS NO AMBIENTE HOSPITALAR DIANTE DA PANDEMIA DA COVID-19: ESCUTA E RECURSOS TERAPÊUTICOS COMO ESTRATÉGIAS DE HUMANIZAÇÃO

Akylla Crystlaynne da Silva

Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Djalma Lopes Bezerra

Pós-graduado em Neuropsicologia, Farmacologia e Língua Brasileira de Sinais.

Introdução

Durante a pandemia do novo coronavírus, SARS-CoV2, os profissionais de saúde tiveram que lidar com situações inusitadas, porque se trata de uma infecção por um vírus desconhecido e de alto poder de mortalidade. No Brasil, o primeiro caso da covid19 notificado foi em fevereiro de 2019, portanto, a pouca produção científica e as fake News entraram em guerra para barrar o movimento político-ideológico contrário à ciência (WERNECK; CARVALHO, 2020).

Os psicólogos, no campo de trabalho dos hospitais, depararam-se com o desafio de articular as teorias conhecidas, diante de um cenário desconhecido, no qual a iminência da morte desestabilizou as equipes de saúde, paciente e seus familiares. Deste modo, a psicologia teve que usar da criatividade para atenuar os estados de angústia de seus pacientes.

Família e paciente: a escuta como política de saúde

A Política Nacional de Humanização (PNH) que foi instituída em 2003 pelo Ministério da Saúde, é uma nova proposta de construir relações humanas acolhedoras nos serviços de saúde pública, no intuito de evitar ou minimizar o fenômeno da iatrogenia por parte dos profissionais de saúde (BRASIL, 2013).

O trabalho de escuta profissional é bastante complexo. A escuta pode ser definida como “[...] uma estratégia de comunicação essencial para a compreensão do outro, pois é uma atitude positiva de calor, interesse e respeito, sendo assim terapêutica” (MESQUITA; CARVALHO, 2014, p. 1128).

O trabalho de escuta desenvolvido pela equipe de psicologia do Hospital Regional do Norte (HRN), referência para atendimento exclusivo a casos de covid19, no município de Porto Calvo/AL, desde julho de 2020, incluiu como estudo a temática psicologia da morte e de estados de

ansiedade para lidar com a expectativa tenebrosa do futuro.

Os pacientes admitidos no HRN, geralmente, chegam acompanhados por familiares que são recepcionados por uma equipe multiprofissional. A escuta da psicologia se faz na recepção, dando boas-vindas ao paciente e acolhendo o seu acompanhante, passando informações gerais sobre o contato com seu parente, formas de manutenção do vínculo, seguindo com a escuta de seus medos e inquietações, muitas vezes impactadas por *fake News*.

Os pacientes da enfermaria e UTI são orientados como manterão seus vínculos familiares por chamadas telefônicas e de vídeo, assim como, suas queixas são escutadas, ou mesmo seus silêncios.

A escuta dos pacientes intubados da UTI inicia-se pela anotação dos sinais vitais e drogas utilizadas, depois a observação corporal e fisionômica, em seguida a interconsulta, a seguir, o atendimento dos familiares por telefone, para acolhê-los em seus sofrimentos e obter informações da personalidade do paciente. Por fim, fazendo-se atendimento beira leito, em alguns momentos esses pacientes apresentam alteração nos sinais vitais como uma resposta de que estão ouvindo o psicólogo.

Considerando a PNH, a escuta profissional dos psicólogos, desenvolve a construção de um ambiente acolhedor, efetivando a humanização.

A utilização dos recursos terapêuticos no ambiente hospitalar

Diante do processo de hospitalização, o paciente passa a vivenciar a percepção da mudança e ruptura da rotina diária, podendo se deparar com sentimentos como de incerteza, insegurança e medo (WOINAROVICZ; MOREIRA, 2020). Esses tendem a se potencializar diante do atual cenário pandêmico. Visando propiciar momentos de bem-estar e prazer alguns recursos terapêuticos têm sido utilizados, durante o período de internação hospitalar, como música, lâminas de pintura e caça-palavras.

A oferta dos recursos aos pacientes se dá após o atendimento psicológico e de acordo com o seu interesse, uma vez que se faz necessário observar junto com ele se o material surtirá o efeito desejado respeitando assim a particularidade de cada pessoa. Para tanto, observa-se fatores como aptidões apresentadas, escolaridade, condição física, uma vez que alguns não possuem meios para realizar o manuseio do material e/ou a situação

vivenciada impossibilita ou dificulta o desprendimento da atenção necessária para a utilização.

Após a escolha do material, o psicólogo orienta sobre como se dá a sua utilização. Através das visitas aos leitos, torna-se possível a observação da finalização do uso deste, podendo-se ainda utilizá-lo como forma de estabelecimento da relação terapêutica e auxiliar na avaliação do exame mental.

No caso das músicas, define-se junto ao paciente qual é o seu gosto musical ou o que, naquele momento, seria uma possibilidade agradável. Diante da vivência, observa-se que alguns ritmos são mais optados, como músicas cristãs, forró, brega. E, em alguns casos, músicas estrangeiras. Essa última escolha partiu de pacientes que eram naturais de outros países.

A música é tida como um meio possível, para propiciar a sensação de relaxamento, diminuição da ansiedade, do medo e da dor, a qual pode ser utilizada para ofertar uma experiência de bem-estar, tornando-se, ainda, um recurso para a efetivação da prática humanizada e auxílio na minimização do sofrimento mental vivenciado em decorrência do momento da hospitalização (SANTOS et al., 2020; NASCIMENTO; CREPALDE, 2015).

Conclusão

As estratégias psicológicas utilizadas pelos psicólogos no HRN envolveram a adoção da escuta e recursos terapêuticos de modo planejado para o alcance da humanização. Como resultado, tem sido muitos os elogios após altas hospitalares recebidos por paciente e familiares

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS**. Ministério da Saúde. Tiragem: 1 ed. 1 reimp. Brasília, 2013.

MESQUITA, A. C.; CARVALHO, E. C. A Escuta Terapêutica como estratégia de intervenção em saúde: uma revisão integrativa. **Rev Esc Enferm USP**; v. 48, n. 6, pp.1127-36, 2014.

NASCIMENTO, C. A. A.; CREPALDE, N. J. B. F. A música como recurso nos processos de humanização hospitalar. **Formação@ Docente**, v. 7, n. 1, p. 24-35, 2015.

SANTOS, R. C. N. et al. A Intervenção Musical como Instrumento de Redução do Estresse no CTI Clínico. **Revista da SBPH**, v. 23, n. 2, p. 113-125, 2020.

WERNECK, G. L.; M CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cad. Saúde Pública**; v. 36, n.5, 2020.

WOINAROVICZ, B. P.; MOREIRA, M. C. Estratégias de Enfrentamento de Familiares de Pacientes em UTI: Uma Revisão Sistemática da Literatura. **Rev. SBPH**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 126-138, dez. 2020.



**Conselho Regional
de Psicologia - AL**
15ª Região

ISBN 978-85-5322-114-1



9 788553 221141